



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE
JANEIRO**

**Críticas ao Atual Modelo de Gestão
Governamental
Interferências na Administração Pública**

Cláudio Xavier Pereira

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos
Setores Energético e Mineral

Brasília, Maio de 2019.



Cláudio Xavier Pereira

**Críticas ao Atual Modelo de Gestão Governamental
Interferências na Administração Pública**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral, apresentada ao programa de pós-graduação lato sensu em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Setores Energético e Mineral.

Orientadora: Clarice Campelo de Melo Ferraz

Brasília

Maio de 2019.

Agradecimentos

Agradeço a minha esposa Sílvia, a meus filhos e a minha família na ajuda das tarefas domésticas que permitiu-me fazer esse trabalho.

A colaboração da Professora Clarice Campelo de Melo Ferraz, pela excelência na qualidade do ensino e pela paciência com os alunos deste curso.

Aos colegas do curso pela amizade, companheirismo e colaboração nas aulas.

Ao Ministério de Minas e Energia pela oportunidade.

Resumo

O presente trabalho apresenta uma exposição do problema das diversas modalidades de interferências sofridas pelo Poder Executivo Federal no âmbito da administração pública federal, com suas consequências na execução e condução das políticas públicas sob a competência do Ministério de Minas e Energia, no planejamento e desenvolvimento energético e as propostas de soluções no enfrentamento dessas intermediações. Como consequência dessa arquitetura, abordaremos os principais obstáculos enfrentados nos planejamentos de desenvolvimentos energéticos com foco nos impactos orçamentários, financeiros e administrativos na elaboração de projetos energéticos que possibilitem promover a inovação do setor energético para o efetivo alcance dos resultados pretendidos.

Palavras-chave:

Administração pública, planejamento energético, orçamento público, PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias, LOA – Lei Orçamentária Anual, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, SOF – Secretaria de Orçamento Federal, STN – Secretaria do Tesouro Nacional, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, ANP – Agência Nacional de Petróleo e Gás, ANM – Agência Nacional de Mineração, EPE – Empresa de Pesquisa Energética, DPOF – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

Abstract

The present study presents an exposition of the different types of interference suffered by the Federal Executive in the scope of federal public administration, with its consequences in the execution and conduction of public policies under the competence of the Ministry of Mines and Energy, in the planning and development of energy and proposals for solutions in the face of these intermediations. As a consequence of this architecture, we address the main obstacles faced in the energy development planning with focus on the budgetary, financial and administrative impacts in the elaboration of energy projects that allow to promote the innovation of the energy sector in order to reach the desired outputs.

Keywords:

Public Administration, energy planning, public budget, PPA - Plurianual Plan, LDO - Budgetary Guidelines Law, LOA - Annual Budget Law, LRF - Fiscal Responsibility Law, SOF - Federal Budget Secretariat, National Treasury Secretariat, ANEEL - National Energy Agency, ANP - National Agency of Oil and Gas, ANM - National Mining Agency, EPE - Energy Research Company, DPOF - Decree of Budgetary and Financial Programming.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização	8
1.2 Objetivo.	11
1.3 Metodologia.	12
1.4 Justificativa.	12
2. PROBLEMAS DECORRENTES.	14
2.1 Crise Fiscal.	14
2.2 Impacto com a Redução de Gastos nas Áreas de Infraestrutura – Energia Elétrica.	16
2.3 Desconformidade entre o Planejamento Estratégico, da área de Energia, com o PPA e a LOA.	18
2.4 Da Estrutura Administrativa e Organizacional da Administração Direta.	21
3. CONSTATAÇÃO DAS INTERFERÊNCIAS.	22
3.1 Interferências Políticas.	22
3.2 Interferências dos Órgãos de Controle.	24
3.3 Interferências Judiciais.	26
4. ANÁLISE.	28
5. DEMANDA ENERGÉTICA ATÉ 2050.	39
6. PLANEJAMENTO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.	45
7. PLANEJAMENTO NA OFERTA DE ENERGIA.	47
8. PLANO DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - EQUILÍBRIO ENTRE OFERTA E A DEMANDA DE ENERGIA.	55
9. CONCLUSÃO E SOLUÇÕES PROPOSTAS.	60

9.1	Regulamentar o Preenchimento Cargos em Comissão.	63
9.2	Adoção pelo MME de Metodologia para Planejar e Gerenciar Projetos.	64
9.3	Incentivos Fiscais – Geração Distribuída.	66
9.4	Projetos e Estudos – Redes Inteligentes.	67
9.5	Aumentar participação dos Setores Acadêmicos, Tecnológicos e Privados na Elaboração das Políticas Públicas do MME.	68
10.	APENDICE 1	70
11.	ANEXOS.	72
11.1	- Série Histórica das Despesas de Ressarcimento.	72
11.2	- Remuneração de Cargos e Funções (Custos).	74
11.3	- Custos Orçamentários dos Cargos e Funções.	75
11.4	- Participação dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas no MME.	76
11.5	Valores Arrecadados por Fonte de Recursos – MME.	77
11.6	Despesas Acumuladas em Pesquisa & Desenvolvimento - MME.	78
12.	BIBLIOGRAFIA.	79

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Nas últimas décadas, o Brasil vem enfrentando uma sucessão de crises econômicas e fiscais com reflexos, e efeitos deletérios diretos, sobre os níveis de investimentos públicos e privados. Consequentemente, criam impactos diretos no desenvolvimento econômico/social do país. Em decorrências dessas crises, o Governo opta por impor restrições orçamentárias que alcançam os mais diversos tipos de gastos governamentais, principalmente, sobre as despesas públicas discricionárias. De fato, diversas áreas vêm sofrendo os impactos advindos dessas restrições orçamentárias e financeiras, principalmente, nas despesas destinadas aos investimentos nas áreas de infraestrutura, saneamento e tecnologia, de acordo com Mendes (2014).

A ausência de infraestrutura adequada nas áreas de transporte, energia, saneamento e comunicação representa importante barreira ao crescimento econômico e social sustentáveis do país. Para retirar esses entraves, são necessários investimentos maciços nesses setores.

Os investimentos em infraestrutura são essenciais e não deveriam sofrer quaisquer tipos ou espécies de restrições de gastos, como medidas de resposta à crise fiscal. O crescimento econômico, tão pleiteado pela sociedade, é um dos pilares que fornecem suporte para o país se desenvolver e promover a redução dos níveis de desigualdade econômica e social¹.

Para garantir que a população goze de grau satisfatório de desenvolvimento econômico-social, conforme exposto no trabalho do Bresser Pereira (1996), o Estado deve buscar a utilizar os instrumentos

¹Art. 3 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

já consagrados na doutrina e que almejem esse objetivo. Para alcançar esse fim, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu instrumentos legais que devem ser consubstanciados por meio das Ações e dos Programas de governo, que objetivam colocar em prática os direitos previstos naquele ordenamento jurídico.

O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual² são os instrumentos previstos no Artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, para a formalização e condução das políticas públicas do governo na consecução dos objetivos e metas, contidas nos diversos programas de governo que disciplinam e norteiam a aplicação dos recursos públicos dos governos federal, estaduais, municipais e do DF.

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário representam o Estado. Os Poderes Executivo e Legislativo planejam, criam e executam essas políticas públicas, por intermédio do governo, sendo controlados pelo Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle.

A organização e a estrutura do Estado são classificadas pela doutrina em três categorias: forma de governo (República e Monarquia), sistema de governo (presidencialismo e parlamentarismo) e forma de Estado (Unitário e Federação). A Constituição Federal adotou para o Brasil a forma republicana de governo, o sistema presidencialista de governo e a forma federativa de Estado³.

Cumprе destacar que é bastante comum no Brasil as autoridades públicas fazerem confusão entre os institutos Estado e Governo. Por ter adotado a forma republicana e o sistema presidencialista de governo, a figura do Presidente da República acumula as funções de chefes de Estado e de Governo, diferentemente

² Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;
II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais.

³ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

do parlamentarismo onde a figura do chefe de Estado é representado pelo Presidente ou pelo Monarca e o chefe do Poder Executivo é representado pelo 1º ministro. Assim, o nosso ordenamento é mais propício à mistura das atribuições e competências desses dois institutos (Governo e Estado) por dentre os atores do governo que as coordenam e as executam. Quando essa ocorre, traz consequências desastrosas nas aplicações e nos resultados das políticas públicas praticadas pelos gestores públicos, como observaremos ao decorrer desse trabalho.

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional “considera que Governança Pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Governança, então, seria a capacidade que o Estado possui de implementar suas políticas públicas para atingir os objetivos planejados e programados.

Nesse contexto, o Estado possui um papel estratégico na condução de suas políticas públicas, visto que compete a ele elaborar, planejar e executar essas atribuições veiculadas pelos Plano Plurianuais e de Orçamentos, visto que são atividades típicas de Estado e não de Governo. Desse modo, torna-se crucial estabelecer critérios e competências entre as atividades de Estado e as de Governo, visto que no Brasil é bastante comum misturar essas atribuições como se fossem exclusivas de Governo. Esses conflitos, no estabelecimento dessas competências, geram impactos significativos na elaboração, condução e execução desses planos que repercutem negativamente nos resultados esperados dessas políticas públicas.

Torna-se necessário estabelecer critérios e competências nas atribuições das atividades de Estado e de Governo. Atividades de Estado devem ser atribuídas a servidores efetivos pertencentes a carreiras estruturadas e com vínculo estatutário. As Atividades de Governo podem ser desempenhadas e executadas por ocupantes de

cargos em comissão indicadas pelo próprio governo, para que as aplicações de políticas públicas de Estado surtam os efeitos desejados como ocorre na maioria dos países desenvolvidos (Inglaterra, Suécia, Alemanha e outros).

O atual modelo de gestão adotado pela administração pública inviabiliza a aplicação das políticas públicas, tornando-as ineficientes e ineficazes. Verificaremos, ainda, que existe uma preponderância do judiciário em todas as atividades do Executivo e Legislativo, visto que, a princípio, possui a palavra final quando o tema é levado a sua apreciação, e, ainda, o temor dos agentes públicos perante os Órgãos de Controle. Por fim, vamos propor melhorias na atual gestão governamental quanto a estruturação da administração pública, no planejamento e na execução das atividades públicas em decorrência do modelo atual de gestão pública.

Nesse contexto, como ficará demonstrado, existem distorções e imperfeições na elaboração bem como na execução dessas políticas na gestão da administração pública pelas razões apresentadas no corpo desse trabalho.

1.2 Objetivo.

O objeto do presente trabalho é a análise crítica do modelo atual de gestão pública, cuja organização permite diversos tipos de interferências nas atividades desempenhadas pelos agentes públicos na condução e na execução das políticas públicas sob suas responsabilidades.

Cumpramos destacar que existem diferenças significativas quanto às aplicações, ao gerenciamento, ao planejamento e à execução de algumas dessas atividades, que dependem exclusivamente a que Órgão o segmento é subordinado.

Surge, então, como uma das propostas, visando elucidar o problema em comento, articular um novo modelo gerencial

estabelecendo regras que definam e delimitem bem o que são Atividades de Estado e Atividades de Governo, como forma de organizar e estruturar a administração pública.

1.3 Metodologia.

Como não existem estatísticas que tratem do assunto estudado, para atender ao objetivo proposto nesse trabalho, realizamos uma pesquisa qualitativa baseada em extensa revisão bibliográfica. A partir da revisão dos documentos consultados realizamos uma análise sobre as interferências políticas, dos Órgãos de Controle e Judiciais procuramos demonstrar por meio de informações, observações, publicações oficiais, leis, decretos, livros, manuais, artigos, dados estatísticos e gerenciais, notícias veiculadas pela imprensa escrita e falada.

Quanto aos meios utilizados foram obtidas informações documentais extraídas das organizações públicas, dos Sistemas de Informação utilizados no serviço público, nos sítios eletrônicos e demais meios de comunicação. Buscou-se identificar os tipos de interferências na administração pública, seja de natureza política (visando atender interesses particulares e privados, ou ainda, por indicação pessoal), de natureza judicial, funcional, pessoal dentre outras que serão abordadas neste trabalho, assim como, quais são as consequências advindas desse processo.

Para compreensão e melhor entendimento do conteúdo deste trabalho foi elaborado um compêndio, na forma do apêndice 1, sobre algumas classificações e definições que orbitam à esfera da administração pública sendo bastante comum haver confusão quanto ao seu entendimento.

1.4 Justificativa.

O presente trabalho busca esclarecer e estabelecer alguns dos motivos do insucesso das aplicações das políticas públicas no Brasil.

Verificou-se que resultados obtidos nas aplicações dessas políticas públicas não têm alcançado os objetivos almejados por vários motivos. Assim, essa dissertação não se propõe a esgotar, ou mesmo exaurir, o tema, mas a de abordar uma das principais causas desses insucessos, sob a ótica dessas interferências políticas, dos órgãos de controle, jurídicas dentre outras. À título de exemplo citamos as ofertas de cargos públicos na administração pública em busca de apoio parlamentar, a indicação de cargos em comissão na esfera do Poder Executivo visando atender interesses próprios e pessoais, Acórdãos dos Órgãos de controle determinando modos de conduta e regulamentação nas atividades atribuídas por lei as Agências e as Secretarias finalísticas integrantes da administração pública, decisões judiciais interferindo nas vendas de ativos das empresas estatais.

Ao afetar o resultado das políticas públicas e, portanto, a efetividade e a eficiência do gasto público, essas intercorrências causam enormes prejuízos à economia e à sociedade, configurando um desrespeito aos objetivos de desenvolvimento determinados pela CF/88.

O principal motivo desse insucesso decorre da falta de definição e delimitação entre as Atividades de Estado, que seriam aquelas voltadas a atender os interesses do Estado e as Atividades de Governo. As Atividades de Estados possuiriam um nível de prioridade maior que as demais Atividades e assim, estaria em um grau hierárquico superior as demais vontades, subordinando todas as demais. Caberia ao Senado Federal estabelecer as diretrizes do Estado. As Atividades de Governo teriam atribuições, também importantes, porém, voltadas a atender aos interesses do Governo, com mandatos temporários, de aproximadamente 4 anos. Abaixo dos interesses do governo viriam os interesses públicos e depois os interesses particulares. Sem essa hierarquização de planos, objetivos e de interesses não será possível implementar quaisquer medidas governamentais com as devidas sustentabilidades econômicas,

políticas e sociais que logrem êxito e apresentem os resultados esperados.

2. PROBLEMAS DECORRENTES.

2.1 Crise Fiscal.

O País vem atravessando problemas de crescimento econômico em decorrência de sua crise fiscal. “O *Boletim Resultado Fiscal Estrutural*”, publicado em abril/2019, pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, indica que o cenário fiscal brasileiro vem se deteriorando nos últimos exercícios financeiros:

“O indicador⁴ procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público para alcançar a solvência de longo prazo do país. Nesse sentido, a variação do resultado estrutural no tempo retrata em que medida houve deterioração ou maior austeridade fiscal.

Nossas estimativas indicam um resultado primário estrutural do setor público de -0,7% do PIB em 2018. Este resultado reflete, além do resultado abaixo da linha de -1,6% do PIB, receitas extraordinárias de 0,5% do PIB, que reforçaram o caixa do Tesouro, e o efeito combinado de -1,4% do PIB do baixo nível de atividade econômica, que deprimiu a arrecadação, e da alta no preço internacional do petróleo, que apresentou uma contribuição positiva pequena. O valor elevado do componente cíclico do déficit não significa que o crescimento do PIB seria suficiente para equacionar a questão fiscal brasileira, pois a estabilização da dívida pública requer superávits elevados e sucessivos no presente contexto.”

Depreende-se da leitura do Boletim que, apesar de a economia brasileira estar em um processo de lenta recuperação, o crescimento econômico verificado em 2017 e 2018 foram insuficientes para reverter os resultados primários registrados para aqueles exercícios. Uma das causas desses déficits se encontra na dificuldade de o Governo conter o crescimento das despesas obrigatórias associado com sucessivas

⁴ O indicador a que se refere o artigo é o ‘resultado fiscal estrutural’, que deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias. Corresponde ao resultado primário que seria observado com o PIB em seu nível potencial, o preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo e sem receitas e gastos não recorrentes.

quedas em suas arrecadações. Outro aspecto importante foi a variação do preço do barril do petróleo que também prejudicou o resultado da meta.

A Nota Informativa “*A aritmética da solvência: Previdência Social e (des)equilíbrio fiscal*”, publicada em março de 2019 pela Secretaria de Política Econômica (SPE), traz um cenário econômico desmotivador e merecedor de atenção, pois, indica que a solvência do Estado brasileiro está ameaçada, por força do desequilíbrio entre as receitas e despesas públicas⁵. O endividamento crescente do setor público provoca uma piora na qualidade da dívida pública elevando, assim, as taxas de juros. Por sua vez, essa elevação dos juros prejudica o crescimento econômico trazendo sérias consequências nas arrecadações públicas. Como destaca a Nota Informativa:

“... o ajuste em direção ao equilíbrio fiscal torna-se mais duro e difícil de ser obtido, reduzindo ainda mais a capacidade presente e futura do governo em destinar recursos para investimentos em infraestrutura e programas sociais(...)..

Em 2017, em termos de Receitas Correntes Líquidas (RCL), Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os casos mais emergenciais, tiveram quase a totalidade comprometida com o pagamento de pessoal (ativos, inativos e pensionistas): 83,5%, 81,0% e 79,0%, respectivamente. Nesses três estados a dura realidade de atrasos, parcelamentos e não pagamentos de salários já se faz presente, bem como a possibilidade de suspensão, redução e queda na qualidade de alguns serviços públicos. É a insolvência em seu estágio inicial.”

A SPE publicou em seu sítio eletrônico o informativo econômico “Panorama Econômico”, na data de 11 de abril de 2019, trazendo informações globais da economia brasileira. Em linhas gerais, o citado artigo também traz, em seu bojo, cenários pessimistas em relação ao crescimento econômico brasileiro.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (*Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência*, 2015), em

⁵ O mencionado artigo alerta da possibilidade de o Estado enfrentar problemas no pagamento de suas obrigações, dentre as quais o pagamento de salários e dos benefícios previdenciários, em decorrência do processo estrutural advindo do descontrole dos gastos públicos, chamando atenção para os gastos da previdência social.

cenário de crise fiscal, depreende-se que um dos pontos-chaves nos ajustes fiscais necessários recai sobre a qualidade dos gastos públicos. É preciso fazer mais com menos recursos públicos, sem, entretanto, prejudicar a qualidade do serviço prestado. Da necessidade do ajuste fiscal, levantam-se necessidades em se abordar questões como a da qualidade do gasto público, para não comprometer os serviços dele decorrente.

Com a redução nos gastos públicos, diversos segmentos do setor público são afetados, dentre os quais: investimentos em infraestrutura. Como consequência da crise fiscal as arrecadações públicas ficam prejudicadas frustrando as arrecadações de receitas previstas na Lei Orçamentária Anual. Com o objetivo de contornar essa complexa equação das finanças públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias determinam ao Poder Executivo que publique, bimestralmente, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), contingenciando as despesas orçamentárias discricionárias e dos investimentos, com o objetivo de equalizar e balancear as despesas com as receitas públicas.

Consequentemente, com a redução dos gastos públicos, o cenário econômico fica mais deteriorado afetando diretamente algumas áreas estratégicas, como por exemplo: a saúde, a educação, a segurança pública e os investimentos necessários em infraestruturas, dentre outras.

Para trilhar esse caminho o governo deve investir em planejamento estratégico de forma a integrar todas as necessidades da sociedade e em conformidade com os recursos orçamentários disponíveis. Nesse escopo, a literatura acadêmica fornece vários instrumentos para viabilizar esses planos, dentre os quais a ferramenta Gerenciamento de Projetos.

2.2 Impacto com a Redução de Gastos nas Áreas de Infraestrutura – Energia Elétrica.

Recentemente, entre 2000 e 2001, o país enfrentou uma fortíssima restrição no consumo de energia elétrica, provocada por restrições de oferta que culminaram em programa de racionamento, conhecido como “apagão”.

A restrição de oferta de eletricidade afetou diretamente o setor industrial, o comercial e o residencial. A indústria foi seriamente afetada por esse fenômeno prejudicando seu crescimento e desenvolvimento. Há uma forte correlação entre crescimento econômico e geração de energia elétrica. Assim, para um país crescer socioeconomicamente é preciso que haja energia disponível e a preços acessíveis.

Assim, a restrição de gastos públicos afeta o nível de crescimento econômico. Para que isto ocorra, é preciso aumentar os valores de investimento em infraestrutura. Com a redução de gastos públicos na área de infraestrutura o cenário fiscal fica ainda mais deteriorado, agravando a crise.

Nesse cenário, fica evidenciado que existe uma forte correlação entre energia e desenvolvimento socioeconômico, visto que só existe crescimento e desenvolvimento socioeconômico se houver energia suficiente para atender a essa demanda. Nessa complexa equação não se pode deixar de lado os impactos ambientais relacionados aos empreendimentos de geração de eletricidade. Assim, para suprir essa necessidade de crescimento deve-se planejar tanto o consumo energético (demanda) quanto os meios para sua geração (oferta), e os níveis de investimento em infraestrutura necessários para que haja equilíbrio entre a oferta e a demanda de eletricidade.

Os meios necessários para se alcançar essa finalidade devem advir de uma política governamental bem elaborada e estruturada. Para tanto, faz-se necessário elaborar um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo. Na estruturação desse plano o Estado deve considerar todos os atores envolvidos e interessados na consecução desse fim, buscando para tanto, integrar todas as áreas que demandam e ofertam energia. Para esse fim os setores políticos e econômicos do Governo devem buscar otimizar e melhorar seus entendimentos.

Não se pode sacrificar o setor energético para atender a uma política restritiva de gastos públicos voltado unicamente a obtenção do resultado primário. Dessa forma, o Governo deve priorizar os seus gastos de forma que fique evidenciado o seu interesse na busca do crescimento socioeconômico.

Diante das restrições fiscais atuais, que impedem maiores investimentos nesse segmento, o governo se vê desafiado em buscar novos horizontes para enfrentar e solucionar uma premente crise energética que, se concretizar, comprometerá o crescimento e desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

2.3 Desconformidade entre o Planejamento Estratégico, da área de Energia, com o PPA e a LOA.

A implementação de um planejamento estratégico abrangente de longo, médio e curto prazo é peça chave na resolução desse complexo sistema, desde que associado a uma gestão eficiente dos recursos públicos. Assim, para atender às necessidades energéticas deve-se levar em consideração a otimização do uso do gasto público, dos recursos naturais e ecológicos, além dos custos sociais envolvidos nesse processo. Para isso, é fundamental que seja implementada uma gestão eficiente na qualidade dos gastos públicos. No Brasil, há problemas na elaboração dos planejamentos estratégicos, por vezes elaborados apenas para cumprir uma exigência legal e formal.

Atualmente, o modelo de gestão pública não consegue integrar tudo aquilo que foi planejado com o que está para ser executado por não haver uma interação entre o planejamento e o orçamento – ausência de comunicação entre o PPA e a LOA. São duas faces da mesma moeda. Dadas as restrições fiscais impostas pelos Decretos de Programação Financeira, a execução orçamentária e financeira compromete os indicadores de resultados associados aos objetivos e

metas vinculadas a Função Governamental: '*Energia*', prevista na LOA e codificada pelo número 25.⁶

Cabe ressaltar que no orçamento público brasileiro são utilizadas classificações específicas voltadas a atender as necessidades públicas. Uma dessas classificações é a funcional, que atribui a um conjunto determinado de despesas públicas a área de atuação governamental está sendo gasta. Para esse fim, os Projetos, Atividades e Operações Especiais do Orçamento Público são vinculados a Funções e Subfunções governamentais específicas. A Tabela 1 a seguir elenca as Subfunções da Função Governamental 25 – Energia, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

Tabela 1: Funções e Subfunções de Governo⁶

Função	Subfunção
25 - Energia	751 - Conservação de Energia
	752 - Energia Elétrica
	753 - Combustíveis Minerais
	754 – Biocombustíveis

No Brasil, as implementações dessas políticas ficam prejudicadas pela ausência de integração entre os Planejamentos Estratégicos, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual. O custo para o desenvolvimento energético advindo dessa ausência de integração é bastante elevado para o Brasil. Os Programas Governamentais ficam prejudicados pelos contingenciamentos orçamentários e financeiros estabelecidos pelos Decretos de Programação Orçamentário e Financeiro do Governo Federal, que impõem fortes restrições de gastos nos segmentos de energia e demais sob a competência do Ministério de Minas e Energia. Os planos estruturantes de longo, médio e curtos prazos não alcançam seus objetivos e suas metas por força dessas restrições orçamentárias. Assim, podemos dizer que não existe

⁶ Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, página 5. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-mog-42_1999_atualizada_23jul2012-1.doc/view

integração entre as políticas de programações orçamentárias e os planejamentos estratégicos e plurianuais.

O Ministério de Minas e Energia (MME), Órgão da administração federal direta, possui como competência e atribuições, na forma da legislação vigente, formular as políticas públicas, sendo seu principal indutor, atuando nas seguintes áreas: a) Geologia, Recursos Minerais e Energéticos; b) Aproveitamento da Energia Hidráulica; c) Mineração e Metalurgia; e, d) Petróleo, Combustível e Energia Elétrica, incluindo a Nuclear.

Por sua vez o Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, estabeleceu a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia, para que esse possa desempenhar suas atribuições e competências legais. A Tabela abaixo demonstra a Estrutura Orgânica do Ministério de Minas e Energia, dada pelo Decreto supracitado.

Estrutura Organizacional do Ministério de Minas e Energia⁷

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado de Minas e Energia:

- a) Gabinete do Ministro;*
- b) Secretaria Executiva;*
- c) Consultoria Jurídica;*
- d) Assessoria Especial de Controle Interno;*

II - Órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;*
- b) Secretaria de Energia Elétrica;*
- c) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;*
- d) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;*

III - Entidades Vinculadas:

a) Autarquias:

1. Agência Nacional de Mineração - ANM;
2. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;
3. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Empresas Públicas:

1. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;
2. Empresa de Pesquisa Energética - EPE;
3. Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA;

c) Sociedades de Economia Mista:

⁷ Art. 2º, do Anexo I, do Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019.

1. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;
2. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras;
3. Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB;
4. Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP.

O “*Mapa Estratégico*” postado no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia, em 2017, foi elaborado pelo seu Planejamento Estratégico, definindo para esta Pasta Ministerial sua Missão Institucional e os seus Valores, respectivamente: “Formular e assegurar a execução de políticas públicas para a gestão sustentável dos recursos energéticos e minerais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País”, e “ Ética e Transparência, Excelência, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, Inovação e Segurança Jurídica”.

Assim, a crise fiscal e econômica proporciona desajustes entre esses componentes de planejamento, impondo sérias consequências nas políticas de Estado orientadas aos segmentos energéticos, minerais e petrolíferos. Como consequência, o país fica sem recursos para investimentos nessa área, implicando sérios danos na geração de energia, serviços e bens minerais que servem de pilares de sustentação para o desenvolvimento socioeconômico.

2.4 Da Estrutura Administrativa e Organizacional da Administração Direta.

A condução das Políticas Públicas no país está diretamente relacionada com a estrutura organizacional da administração pública que a utiliza para implementar a execução do plano estratégico e operacional de cada Órgão público, aqui representado pelos Ministérios, Autarquias e Fundações. Nessa estrutura organizacional existem vários cargos comissionados e funções públicas que possuem atribuições de chefias e de assessoramento. Por sua vez, as pessoas nomeadas para desempenhar essas atribuições são as responsáveis pelo planejamento, implementação e execução dos planos, projetos e

atividades elaborados pelo Governo, tendo que estarem alinhados com todas as legislações vigentes, dentre as quais o PPA.

Sob essa ótica o Poder Executivo, mais especificamente a administração pública, sofre diversas interferências no funcionamento e operacionalização de suas atividades. Tais ingerências advêm, principalmente, do modo que os Órgãos da administração pública são organizados e estruturados e na forma de como os cargos comissionados e as funções públicas são preenchidos. Podemos classificar essas incursões sob diversos aspectos, mas neste trabalho vamos enfatizar mais as modalidades de interferências políticas, judiciais e dos órgãos de controle.

Na verdade, atual crise econômica em que o Brasil se encontra, teve início nos anos 70 e vem dando sinais de agravamento para os próximos períodos. Verifica-se que, paralelamente ao descontrole fiscal, a elevação na taxa de desemprego, o baixo crescimento econômico e a falta de perspectivas são indicadores preocupantes da atual crise econômica.

No trabalho apresentado pelo *Plano Diretor da Reforma do Aparelhamento do Estado – PDRE* (Bresser, 1995), indica que uma das causas que explicam essa tendência no Brasil é a crise do aparelhamento do Estado, pois, com sua estrutura e organização atual o Estado não sabe processar de forma adequada a sobrecarga de demandas afetas a sua competência e atribuição. O que fica nítido é a ineficiência e a ineficácia na condução das políticas públicas do país.

O país necessita mudar sua sistemática de funcionamento e sua modelagem de gestão governamental, que está muito mais focada no controle do que nos resultados. Nesse sentido, a administração pública se concentra muito mais nas atividades ‘meio’ do que nas atividades “finalísticas”.

3. CONSTATAÇÃO DAS INTERFERÊNCIAS.

3.1 Interferências Políticas.

Sob a ótica legislativa o governo se torna refém do Congresso Nacional para aprovar e/ou dar continuidade e andamento aos seus planos de trabalho, seus projetos com o objetivo de implementar suas políticas públicas. Em outras palavras, o Congresso Nacional tem a palavra final na aprovação ou rejeição dos planos e programas de governo. Dessa forma, para lograr êxito nessas aprovações o governo oferece cargos estratégicos na administração pública aos parlamentares de sua base, como espécie de moeda de troca. São cargos e funções relevantes na esfera da administração pública e que possuem poder e influências decisórias na condução desses projetos. Esses cargos/funções são peças-chave na hierarquia dos órgãos públicos e na condução e implementação das políticas públicas.

Essas interferências legislativas prejudicam sobremaneira a condução das políticas públicas, principalmente, aquelas vinculadas as atividades de Estado, pois, são influenciadas por decisões políticas e de governo.

Com esse modelo de gestão governamental, torna-se notório que cada um dos Órgãos Públicos conduz e executa suas políticas de forma a atender aos interesses políticos e não os interesses do Estado. Cada Órgão atua individualmente, sem nenhuma coordenação que integre e organize a condução dos programas governamentais.

Buscando contornar, conduzir e orientar sua vontade política o governo cria na Casa Civil/PR uma estrutura inflada de pessoas com cargos e funções com o objetivo de tentar organizar, coordenar e conduzir esse viés contraditório entre os interesses de Estado, de Governo, Político, Público e Privado.

Esse fato se explica pela ação do próprio governo em tentar coordenar e conduzir as suas políticas públicas. Isso representa um desperdício de recursos públicos e vai contra o princípio constitucional da economicidade, eficiência e eficácia na administração pública.

Essas indicações interferem sobremaneira na estrutura orgânica dos órgãos do Poder Executivo, acarretando um significativo aumento nos custos de manutenção da máquina pública, principalmente, quanto aos custos nas despesas de pessoal, como verificaremos mais adiante,

ao longo deste trabalho. São gastos desnecessários que não agregam maiores conhecimentos, sejam tecnológicos, de serviços ou mesmo de consultorias.

3.2 Interferências dos Órgãos de Controle.

Ultimamente os órgãos de controle vem aumento suas interposições nas atividades inerentes a administração pública.

Dada a ineficiência de o poder público aplicar suas políticas públicas, observa-se cada vez mais o crescente número de Auditorias e Acórdãos, principalmente, pelo Tribunal de Contas da União – TCU nessas atividades. Podemos constatar várias decisões desse órgão de controle que extrapolam sua competência e que interferem nas atividades finalísticas da administração pública.

A título de exemplo podemos citar o Acórdão TCU nº 1631/2018 que determinou ao Ministério de Minas e Energia – MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL encaminhar aquela Corte de Contas plano de trabalho com o respectivo cronograma constando a identificação dos custos e benefícios econômicos e socioambientais da utilização de cada tecnologia de geração de energia elétrica, o mesmo estudo para a revisão ordinária das garantias físicas das usinas integrantes do sistema elétrico brasileiro, que se manifeste sobre o risco de a geração de energia elétrica não atender a demanda durante o exercício de 2015; como também analisar a utilização de usinas hidrelétricas com reservatórios sob a observação de certos parâmetros; a elaboração de políticas públicas clara para inserção do gás natural na matriz energética brasileira; para também que se abstenha de prorrogar prazos etc.

Ou seja, o Tribunal de Contas está interferindo diretamente nas atividades finalísticas do MME, mais precisamente, nas áreas de regulação e fiscalização. Na verdade, está havendo uma extrapolação

da competência daquela corte nas áreas de atuação do MME. Essas recomendações e determinações acabam por prejudicar todo o planejamento e funcionamento das tarefas desempenhadas pelas unidades integrantes do Ministério, pois, além da carência do quadro funcional, a Pasta Ministerial deve alocar esses mesmos servidores para atender aquelas determinações/recomendações.

Reportagem da Folha de São Paulo, do dia 26 de agosto de 2018, publicou material jornalístico, sob título “*TCU interfere mais em agências com governança pobre*” noticiando a interferência do TCU em Órgãos de Regulação de Concessões, que concede aval ao Tribunal para corrigir atos normativos das agências reguladoras. Tais decisões, segundo a reportagem, está associada ao baixo nível de governança de algumas agências.

Com tais decisões àquele Tribunal de Contas atingem a autonomia administrativa, funcional e operacional das respectivas agências, prejudicando a governança da ANEEL, do MME com suas Unidades (Secretaria de Energia Elétrica – SEE, Secretaria de Planejamento Energético – SPE, Secretaria de Petróleo e Gás – SPG, Secretaria de Geologia Mineral – SGM).

A atual sistemática dos Órgãos de Controle sobre a administração pública vem trazendo consequências desastrosas nas ações praticadas pelos gestores públicos. Na verdade, trata-se da GESTÃO DO MEDO e do PODER, pois, os gestores públicos agem muito mais preocupados em não serem penalizados por não atenderem exigências irrelevantes (Os gestores públicos visam não cometerem nenhum ato que aos olhos dos Órgãos de Controle possam ensejar aplicações de advertências, recomendações e em alguns casos extremos em aplicações de multas e infrações administrativas) do que com o resultado final da aplicação de sua atividade voltada a atender a uma política pública.

Administrativamente, isso é péssimo, pois, deixa-se de lado o foco na atividade principal para focar e gastar mais tempo de trabalho e energia nas atividades meio, que é irrelevante aos objetivos das

políticas públicas. Isso vai contra os princípios constitucionais da economicidade, da eficácia e eficiência.

3.3 Interferências Judiciais.

Na tentativa de diminuir seu déficit primário o Governo Federal implementou uma agenda de privatizações de suas empresas com a finalidade de obter mais recursos públicos, diminuir seus gastos e melhorar a gestão dessas empresas, visto que nas últimas décadas o governo vem perdendo o controle de seus gastos. Para alcançar tal intento, foi aprovado no Congresso Nacional a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 a Lei das Estatais. Em seu art. 28, inciso XVIII prevê sobre a dispensa de licitação por empresas públicas e sociedade de economia mista para compra e venda de ações, títulos de crédito e de dívidas e bens que produzam ou comercializem.

Na tentativa de vender o controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias o Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de decisão liminar, suspendeu a venda de algumas ações de subsidiárias dessas empresas estatais, entendendo, que deve haver autorização legislativa expressa para essas vendas.

Por sua vez, o Decreto nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, regulamentou o artigo 29, caput, inciso XVIII, da mencionada Lei nº 13.303/2016 estabelecendo regras de governança, transparência e de boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

Tais dispositivos permitiram as entidades da administração indireta promover estratégias próprias de gestão voltadas a atender seus interesses de negócio, conforme suas necessidades, no que se refere a transferência de bens e direitos a terceiros. Decerto que a decisão do STF trouxe à tona uma insegurança jurídica quanto a flexibilização

e discricionariedade na alienação de ações de empresas estatais e de suas subsidiárias.

Sem entrar no mérito da questão supracitada, causa estranheza a flexibilização do regime jurídico no tocante as alienações de ações pelas empresas estatais, pois, o atual regramento confere discricionariedade a esses negócios, ensejando uma ligeira arbitrariedade na condução dessas alienações.

Por outro lado, a exigência imposta por medida cautelar traz uma enorme rigidez negocial para as empresas estatais nesse segmento de mercado e dificulta sobremaneira a gestão seus próprios negócios, pois, no caso de alienar essas ações a exigência de autorização legislativa para essa negociação pode implicar sérios danos na apuração de seus resultados.

Esse tipo de interferência judiciária, na gestão econômica e administrativa das empresas estatais, provoca uma enorme insegurança jurídica na negociação desses bens podendo acarretar sérios prejuízos a essas empresas.

As respectivas alienações, além de envolverem diversos fatores de natureza econômica, política e judicial, envolve, na verdade, uma questão de direito Inter Gerencial no âmbito das empresas estatais. A mencionada amarração pode colocar em xeque o atual modelo de negócios e de governança dessas empresas.

Nessa mesma linha de interferências a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no dia 28 de junho de 2018, foi impedida de leiloar 20 lotes, com 21 linhas de transmissão e 23 subestações de energia, por força de uma decisão liminar da Justiça, devido a um suposto problema nos depósitos em garantia de uma das concorrentes que não estariam de acordo com os preceitos do edital. São questões de interpretação administrativa e salvo maior juízo tal decisão estaria adstrita a ANEEL. Tais intercorrências prejudicam o planejamento energético e estratégico daquela Agência e gera prejuízos aos usuários dos serviços de energia elétrica.

Podemos citar, ainda, as disputas judiciais entre as empresas concorrentes no processo de licitação para a execução de obras em

infraestrutura. Em sua grande maioria as obras não podem ser iniciadas pois as empresas perdedoras do certame recorrem a esfera judicial. A título de exemplo, para essas disputas judiciais, dentre várias outras existentes, trazemos a luz publicação do site da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, que publicou material intitulado “*Disputas entre empresas travam R\$ 1 bilhão em obras rodoviárias*” discorrendo sobre as disputas judiciais existentes entre as empresas concorrentes, para ganhar o procedimento licitatório, com o objetivo de executarem obras e serviços nas rodovias estaduais, localizadas no Estado do Paraná.

4. ANÁLISE.

A atual preocupação dos gestores públicos no que se refere a associação do desenvolvimento energético com a redução de recursos públicos voltados as áreas de infraestrutura constituem um dos maiores desafios na implementação de políticas públicas vinculadas ao setor energético brasileiro.

Tal cenário se agrava ainda mais devidas às várias modalidades de interferências que acabam prejudicando as diversas atividades finalísticas da administração pública.

Compete, então, aos gestores públicos distinguir dentre os gastos públicos constantes em seu portfólio aqueles que são mais importantes e diferenciá-los entre produtivos (que agregam valores econômicos) e os não produtivos (não agregam valores econômicos), sem entretanto, desconsiderar os gastos públicos associados as políticas sociais. Tais gastos se fazem necessários dadas as atuais condições de vida, notadamente, daqueles brasileiros que habitam as Regiões Norte e Nordeste. Nesse cenário, destaca-se a importância das políticas sociais, que são políticas governamentais voltadas ao bem-estar da população brasileira que proporcionam uma melhora nas condições de vida das pessoas mais carentes e necessitadas. Tais políticas governamentais constam como objetivos fundamentais da

República⁸. Combater e erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades econômicas e proporcionar uma redistribuição de renda mais justa e equilibrada a população situada na condição de pobreza ou extrema miséria.

Com essa distinção o gestor pode, então, combinar quais gastos voltados a produção de energia são mais importantes para fomentar o crescimento econômico, com o menor custo e impacto orçamentário. Diante a escassez de recursos públicos os gestores devem promover estudos no sentido de viabilizar a utilização desses recursos com maior grau de proveito, extraindo dessa forma, o maior benefício possível na obtenção de resultados. Esse mesmo princípio se aplica na gestão do Ministério de Minas e Energia que deve focar nas atividades de geração energética, mineração e prospecção com os elementos necessários para fornecer segurança nas áreas energéticas, nas extrações minerais e demais serviços públicos prestados à sociedade e ao país.

De acordo com Carlos Ivan Simonsen Leal (2018, página 7):

“O aumento do ritmo de inovação tecnologia é uma das principais condições para o Brasil acelerar o seu crescimento econômico. O processo que permitiria que isto acontecesse demanda foco e investimentos. Todavia, fatores de conjuntura reduzem os recursos disponíveis para tal e, ao mesmo tempo, limitam a sua efetividade. Dois problemas são identificados: (1) O investimento governamental precisa aumentar a sua eficácia. (2) o investimento privado é pequeno, estando muito circunscrito às grandes empresas, sobretudo multinacionais.”

Carlos Ivan Simonsen Leal (2018) mostra em seu trabalho que houve crescimento continuado do investimento estatal no Brasil em P&D, em relação ao PIB, de 2000 à 2015. Entretanto, o país apresenta resultados pouco significativos em termos de inovação e aumento de

⁸ Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

produtividade. A explicação para esse fato, segundo o autor, deve-se a necessidade de uma maior presença do setor privado em investimentos em P&D, como aconteceu nos países situados no Sudeste Asiático onde o setor privado registrou uma maior presença nesses investimentos.

Em grande parte, naqueles países desenvolvidos, esse fenômeno pôde ser explicado pelas condições criadas pelos governos locais que propiciaram condições críveis e favoráveis de financiamento para as empresas privadas pudessem investir em P&D, dado o elevando nível de risco desses investimentos. Para o autor, as empresas inovadoras são as grandes responsáveis pela implementação de novas tecnologias com ganhos econômicos e de produtividade.

É importante ressaltar que investimentos em P&D podem não ter resultado rápido e, na busca por eficiência dos gastos, podem ser represados. No entanto, como provam os trabalhos de Mazucatto (2010) e Gertner (1994), a participação governamental é bastante importante, seja como financiador dessas pesquisas, seja como um vetor na condução de políticas de incentivos fiscais, voltadas a garantir elevados graus de financiamentos e investimentos em áreas que possam alavancar significativos avanços nas áreas que abarcam interesses públicos e privados.

Nesse trabalho ficou caracterizado que as empresas inovadoras são as grandes responsáveis pela implementação de novas tecnologias com ganhos econômicos e de produtividade.

É importante ressaltar que investimentos em P&D são de altos riscos e por isso a participação governamental é bastante importante, seja como financiador dessas pesquisas, seja como um vetor na condução de políticas de incentivos fiscais, voltadas a garantir elevados graus de financiamentos e investimentos em áreas que possam alavancar significativos avanços nas áreas que abarcam interesses públicos e privados.

No caso brasileiro, o principal indutor da política pública, no segmento de energia elétrica no estímulo à inovação tecnológica advém da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. O mencionado

dispositivo legal estabelece que as concessionárias, permissionárias e agentes autorizados na exploração dos serviços de energia elétrica devem realizar investimentos mínimos em pesquisa e desenvolvimento. Esses investimentos são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A supracitada Lei estabelece o valor de 0,75%, da receita operacional líquida dessas prestadoras de serviço, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e no mínimo 0,25% em programas de eficiência energética. Desses valores, 40% devem ser destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento segundo critérios estabelecidos pela ANEEL e 20% para o Ministério de Minas e Energia, voltados a custear estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético e do inventário e da viabilidade do aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Convém mencionar que a parcela dos 20%, vinculadas ao custeio de estudos e pesquisas de planejamento, destinada ao Ministério de Minas e Energia (MME) está consignada na Lei Orçamentária Anual na Fonte de Recursos Orçamentários: 172 (Outras Contribuições Econômicas). O Anexo 11.5 (Valores de Arrecadação), deste trabalho, informa os valores previstos de arrecadação constantes nas LOA's, de 2015 a 2019, para o MME (média de arrecadação R\$ 200 milhões/ano). Desse montante, o Ministério utilizou uma pequena parcela que está concentrada em diárias e passagens, conforme demonstra o Anexo 11.6 (Despesas Acumuladas P&D – MME, de 2015 a 2019). Verifica-se que o MME gastou, do valor total previsto de receita, de 2015 a 2019, a quantia de R\$ 3,3 milhões, aproximadamente, do valor total arrecadado para esse período.

Essas informações evidenciam que, no âmbito do MME, não existe empenho no fomento das despesas em P&D, no custeio do planejamento em pesquisas da expansão do sistema energético, do inventário e da viabilidade do aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, conforme determina a legislação.

No segmento de Petróleo e Gás a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabeleceu à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a atribuição de estimular a pesquisa e o desenvolvimento com a adoção novas tecnologias para esse setor. Segundo esse normativo legal, os contratos celebrados entre a Agência e as empresas petrolíferas exploradoras desses recursos devem dispor de cláusulas voltadas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que estabelecem obrigações na realização de despesas destinadas a essas pesquisas. Nesses instrumentos contratuais são estabelecidos percentuais incidentes sobre a receita bruta da produção que devem ser destinados a pesquisas no segmento petrolífero.

Dada a restrição fiscal, torna-se imprescindível investir em novas tecnologias que sejam capazes de gerar energias mais limpas, renováveis e que não agredam o meio ambiente. Essas novas fontes energéticas devem agregar uma maior eficiência, com menor potencial ofensivo a natureza e a vida no planeta, associadas a um baixo custo de implantação. Nessa direção encontramos as geradoras eólicas e as fotovoltaicas que representam muito bem essas duas vertentes, nos dias atuais. Destacamos a importância da biomassa e do uso do gás natural na geração de energia elétrica. Nesse diapasão, investimentos em P&D e Inovação, principalmente em projetos de planejamento que viabilizem esses investimentos, proporcionando maiores incentivos fiscais, viabilizando meios que facilitem os financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instrumentos capazes de potencializar esses novos dispositivos na geração de energia limpa e renovável, sustentáveis e que propiciem um futuro melhor para a vida humana e para a vida de outras espécies.

Ampliar investimentos em projetos destinados a geração de energia limpa, renovável e sustentável é peça chave para resolução dessa equação (aumento na demanda do consumo energético x redução de recursos), pois, dessas aplicações surgirão novas tecnologias que reduzirão os custos de investimentos, na implantação

dessas matrizes energéticas, tornando-as mais competitivas em relação as atuais fontes energéticas (hidráulicas e termoelétricas).

Serão necessários grandes esforços no sentido de reduzir os graves impactos oriundos da poluição do ar e suas consequências para a fauna, flora e saúde humana. Outro viés desse desafio é enfrentar as atuais mudanças climáticas das quais o planeta vem enfrentando nos últimos anos. Enchentes, queimadas, desmatamentos, furações, degelos, dentre outras, são consequências advindas do rápido desenvolvimento industrial e sócioeconômico que provocam significativos aumentos no consumo energético. O futuro da vida no planeta depende das inovações tecnológicas, advindas desse processo.

Facilitar o acesso a essas novas tecnologias permitirá reduzir os atuais impactos ambientais advindo do aumento de geração energética. A princípio, esse seria o maior objetivo dos recursos destinados as pesquisas de P&D, abrir novas fonteiras tecnológicas que atendam a essas necessidades e que possibilitem a universalização dos recursos energéticos, sem agredir o meio ambiente.

Outra frente em P&D e Inovação importante e necessária para o benefício da população brasileira seria investir na prevenção de acidentes, sejam por desastres naturais, sejam por desastres antropogênicos. A título de exemplo, podemos citar o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho que ocasionaram perdas humanas significativas. Investir nesse segmento representaria salvar vidas, melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente. Sob esse diapasão, seria plenamente factível a abertura de novas frentes de estudos voltados as análises de riscos, seja de natureza ambiental, ou mesmo voltados a prevenção de desastres decorrentes das atividades minerárias. O surgimento de novas tecnologias por mapeamento e monitoramento por satélites poderiam ser incluídos nas pesquisas de desenvolvimento e inovação, promovidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

No Ministério de Minas e Energia, em sede da Administração Direta (Secretaria de Energia Elétrica, Secretaria de Planejamento Energético, Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Secretaria de Geologia Mineral – Secretarias finalísticas e responsáveis diretas na condução de políticas públicas governamentais, respectivamente relacionadas em suas áreas de atuação) não existe nenhum trabalho ou mesmo nenhuma orientação no sentido de desenvolver atividades de fomento em P&D. Ressalta-se que as pesquisas não necessitam ser orientadas apenas as áreas de inovação tecnológica. Poderia-se, muito bem, fomentar pesquisas voltadas as inovações nas atividades de Gestão em Políticas Públicas, focadas nas respectivas áreas, investir na capacitação dos servidores lotados no Ministério, firmar convênios com a Academia (Universidades, Entidades de Pesquisa...) voltadas a inovações, fomentar premiações para novas ideias no setor energético, de mineração e petróleo etc. Várias seriam as ideias para os segmentos e áreas de atuação de P&D que o Ministério poderia conduzir, objetivando a abertura de novas fronteiras e soluções na condução de suas políticas governamentais, sem, entretanto, desmerecer a qualidade e a eficiência dos gastos públicos.

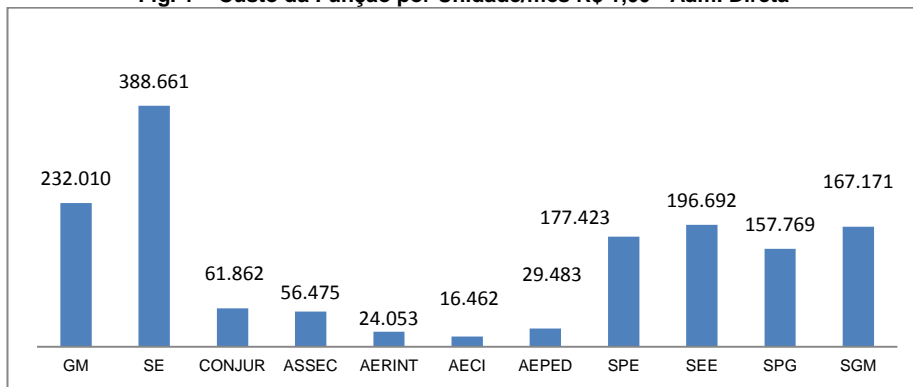
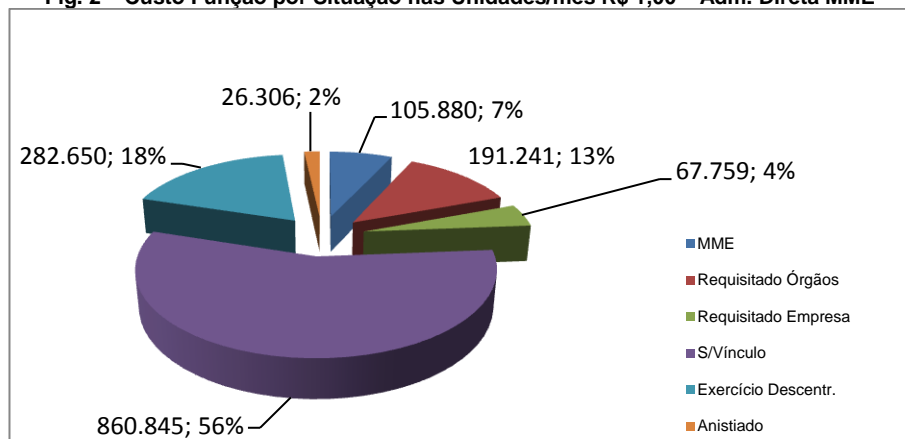
Essa aparente ausência de interesse na realização de novos projetos voltados a inovação é explicada, dentre outros motivos, pelas interferências já comentadas neste trabalho, principalmente, pelas indicações no preenchimento nos cargos em comissão, que são preenchidas por pessoas desprovidas de compromisso e zelo na condução dos serviços públicos. Não existe interesse, pelo menos, aparentemente, na condução desse processo de modernização da gestão pública, conforme aqui comentado, que busquem inovações administrativas, econômicas, sociais, científicas ou mesmo tecnológicas no seio da Administração Direta do MME, assim como na busca por melhores resultados das políticas governamentais sob a competência deste Ministério de Minas e Energia.

Essa mudança de postura, quebrando os atuais paradigmas, possibilitaria aos servidores do MME e integrantes das carreiras

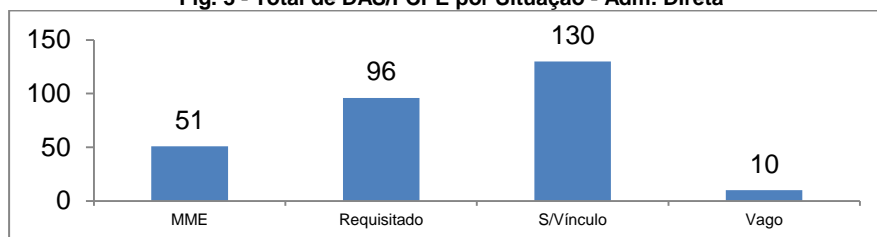
estruturadas a participarem mais ativamente da condução dos processos envolvendo as políticas públicas nas diversas áreas abarcadas pelo Ministério.

Resta, então, aos gestores públicos enfrentar o desafio que se faz presente: insuficiência de recursos orçamentários dada uma maior necessidade nas demandas por serviço públicos, principalmente, aqueles serviços que estão sob a competência do Ministério de Minas e Energia. Propor uma mudança na gestão administrativa proporcionando melhoria nos serviços públicos prestados a sociedade brasileira com custos de implementação menores, na forma de um Projeto de Desenvolvimento e Inovação, P&D, voltada a Gestão na Administração Pública Federal, como ferramenta hábil e capaz de reverter tal situação e proporcionar um alívio nas contas públicas nacionais, melhorando, inclusive, o resultado fiscal deficitário dos últimos anos, pois, tal despesa agrava ainda mais a crise fiscal por que passa hoje o setor público brasileiro.

Constam, nos quadros atuais do Ministério, servidores públicos altamente capacitados e qualificados, que foram aprovados em concursos públicos com alto grau de complexidade e dificuldade. Servidores esses, que compõem os atuais quadros das carreiras públicas estruturadas e voltadas a atender todas as necessidades do serviço público. Dessa forma, a indicação de funcionários públicos ou de pessoas sem vínculo para ocupar cargos em comissão na administração pública é totalmente desnecessária e descabida, servindo, apenas, para atender a interesses de terceiros e alheios as necessidades da população. Destacando que tal indicação é outra forma de interferência na administração pública e que proporciona um aumento significativo nas despesas de pessoal. As Figuras 1 e 2, abaixo indicadas, demonstram a situação e os custos na Administração Direta do Ministério de Minas e Energia quanto ao preenchimento dos cargos em comissão. Os Anexos 11.2 e 11.3 trazem as respectivas informações mais detalhadamente.

Fig. 1 – Custo da Função por Unidade/mês R\$ 1,00 - Adm. Direta⁹**Fig. 2 – Custo Função por Situação nas Unidades/mês R\$ 1,00 – Adm. Direta MME⁹**

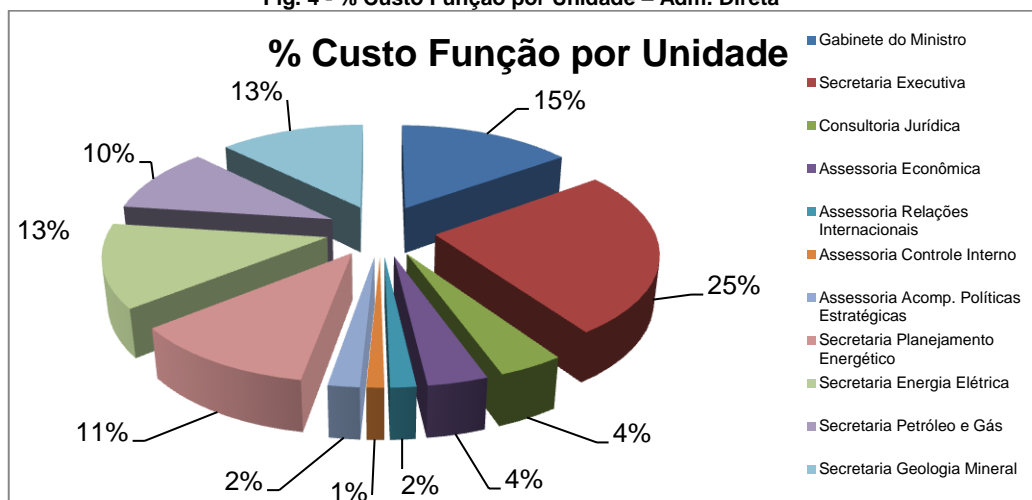
A Figura 3 demonstra o quantitativo na indicação dos cargos em comissão, dada pela situação do ocupante no cargo, na Administração Direta do MME.

Fig. 3 - Total de DAS/FCPE por Situação - Adm. Direta¹⁰

A figura 4, abaixo, demonstra a participação do custo dos cargos em comissão por Unidade, na Administração Direta do MME.

⁹ Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos do MME (04/05/2019)

¹⁰ Fonte: Coordenação Geral de Recursos Humanos do MME (04/05/2019).

Fig. 4 - % Custo Função por Unidade – Adm. Direta¹⁰

Sob essa perspectiva, cumpre demonstrar, os custos proporcionados ao Orçamento Geral da União a respeito dos gastos envolvendo funcionários públicos requisitados. O Anexo 1, deste trabalho, demonstra a série histórica dos gastos públicos referentes aos ressarcimentos feitos pelo Tesouro Nacional às empresas estatais para custear as despesas salariais e patronais desses funcionários públicos a trabalhar na administração federal direta. Podemos verificar que somente no exercício de 2018 a União (Orçamento Fiscal, despesa primária) teve dispêndios na ordem de R\$ 1 bilhão, sob a rubrica ressarcimentos. Isso sem considerar outras despesas associadas, como auxílios e despesas dos cargos em comissão.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia, este gasto específico alcançou, em 2018, a cifra de R\$ 12,1 milhões. Isso ocorreu, mesmo após a determinação unânime do Tribunal de Contas da União, na forma do Acórdão nº 3195, publicada em 16 de dezembro de 2016, que assim dispôs:

“9.2. determinar ao Ministério de Minas e Energia que nos casos de cessão de empregados públicos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, faça incidir o teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, sobre o valor total custeado com recursos do Tesouro Nacional, incluindo o reembolso de que trata o Decreto 4.050/2001 e a retribuição do exercício do cargo em comissão;

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de que, nos casos de cessão de empregados públicos a órgãos e entidades da aludida Administração Pública Federal direta, a que se refere o art. 93 da Lei 8.112/1990, regulamentado pelo Decreto 4.050/2001, o órgão ou entidade

cessionário faça incidir, o teto remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal sobre o valor total custeado com recursos do Tesouro Nacional, incluindo o reembolso de que trata o Decreto 4.050/2001 e a retribuição pelo exercício do cargo em comissão;”

Fato que explica o volume exarcebado no valor desses gastos públicos (despesas de ressarcimento) são os elevados salários pagos pelas empresas estatais a esses empregados públicos, que ultrapassam o valor do ‘teto remuneratório’, estabelecido aos servidores públicos efetivos, conforme matéria jornalística do Jornal G1 (Oglobo, 03 de abril de 2019) e da Revista Época (Época/Negócios, 04 de abril de 2019). Antes do supracitado Acórdão do TCU a União restituía integralmente os salários acima do teto constitucional. Após o respectivo Acórdão a União limitou o valor de ressarcimento salarial as empresas estatais ao valor estabelecido pelo teto remuneratório.

Nessa linha de raciocínio caberia ao Ministério de Minas e Energia, assim como toda a administração pública, aprovar um P&D de gestão governamental que vislumbasse a contenção de gastos públicos com funcionários públicos (despesas com ressarcimentos), objetivando restabelecer a ocupação dos cargos em comissão por servidores públicos efetivos e pertencentes as carreiras estruturadas, por meio de critérios bem definidos e objetivos.

Outro eixo de atuação estratégica do Ministério seria a elaboração de P&D, voltadas as questões de interesses finalísticos, com a efetiva participação da iniciativa privada, da academia, da sociedade e do próprio governo visando resgatar o papel do Ministério reincernando-o como o principal indutor na condução e implementação de políticas públicas nos setores de mineração, metalurgia, energia (incluindo a nuclear), petróleo e demais segmentos. Esses projetos poderiam conter em seu escopo, dentre outros mais, concursos e premiações voltadas a essas áreas fomentando a participação da sociedade (pessoas físicas e jurídicas) como colaboradoras e/ou fornecedoras de ideias e soluções dessas políticas governamentais.

Nos dias atuais, a velocidade e a difusão de novos conhecimentos (tecnológicos, gerenciais, industriais e comerciais) ensejam mudanças rápidas nos mercados, na vida da sociedade e na administração

pública. Essas inovações buscam atender diferentes segmentos do mercado que estão em constantes modificações. Na área de energia, petróleo e mineração essas mudanças se fazem presentes, porém em velocidades menores, pois, demandam altos investimentos com elevados riscos. Diferentemente dos países desenvolvidos, no Brasil o setor público é o que mais investe no segmento de inovação tecnológica, porém, estão aquém do necessário, conforme mencionado no Boletim Radar 48 (IPEA, 2017) . Tais investimentos, em sede de Ministério de Minas e Energia, ficam restritos na ANEEL e ANP cabendo a esses atores promoverem tais inovações.

5. DEMANDA ENERGÉTICA ATÉ 2050.

A Secretaria da Previdência, do Ministério da Economia, apresentou no Congresso Nacional, em abril de 2019, os “*Efeitos da Nova Previdência*” argumentando que a nova reforma da previdência será capaz de reverter a atual crise fiscal em que o país se encontra. Segundo os dados constantes na apresentação e no caso de aprovação do projeto, o país voltará a crescer economicamente, apresentando cenários de crescimento do PIB acima dos 3% ao ano, já a partir de 2022.

Com esses indicadores, PIB acima dos 2,9% a.a. a partir de 2019, o país necessitará de uma maior oferta de energia elétrica para comportar o mencionado crescimento socioeconômico. Caso contrário, a oferta energética não suprirá a demanda e, conseqüentemente, outras crises se farão presentes.

Compete ao Ministério de Minas e Energia, o desafio de estabelecer cenários futuros do consumo de energia para, então, elaborar alternativas, pelo lado da oferta energética, que possibilite atender as necessidades advindas do crescimento socioeconômico, principalmente, para os próximos 30 anos.

Estudos da Empresa de Pesquisa Energética (Nota Técnica DEA 13/15, 2016) demonstram que a longo prazo o crescimento econômico proporcionará o aumento de consumo médio *per capita* de energia,

pois a sociedade procura por serviços mais elaborados, com maior qualidade, além do aumento pelo consumo de bens. Comparando o atual nível de consumo per capita dos brasileiros com outros países verificou-se que o nível brasileiro de consumo *per capita* ainda está muito abaixo dos níveis de consumo dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Para esse fim, foram elaborados vários cenários econômicos com projeções de consumo para os próximos 30 anos. Esses estudos fornecem ao Governo Federal importantes informações no tocante ao planejamento energético, sob a ótica do consumo energético, proporcionadas pelo crescimento socioeconômico.

O planejamento é o principal componente para solucionar essa complexa equação econômico-energética. Uma das principais metas do planejamento é a previsão dos riscos futuros, para tal fim, deve antever os problemas futuros e propor alternativas de soluções no presente, para minimizar ao máximo as suas possíveis consequências. A apresentação dos cenários de consumo energético, de longo prazo, serve como parâmetro para que o planejamento estratégico possa elaborar as propostas energéticas visando proporcionar uma expansão da oferta de energia, voltada a atender as demandas futuras desse consumo.

O governo federal deve estabelecer uma estratégia que consiga promover a inserção desses cenários os seguintes fatores: econômicos, globais, setoriais, fiscais, tecnológicos, sociais, humanos, legais, regulatórios, comportamentais, ambientais, logísticos e mercadológicos.

Todos esses cenários devem ser considerados na elaboração do planejamento governamental com o intuito de atender a demanda advinda do crescimento socioeconômico brasileiro e promover soluções viáveis na oferta de energia, que sejam suficientes para atender as questões proporcionada pela demanda.

A nível de proposição deste trabalho e do depreendimento dos estudos da EPE, o planejamento estratégico do Ministério de Minas e Energia pode ser segmentado por setores de oferta e de demanda energética. Pelo lado da demanda os cenários de planejamento pode

ser dividido em dois setores, quais sejam: a) o setor industrial; b) evolução da demanda por fontes energéticas; e, c) eficiência energética. O cenário industrial, por sua vez, seria subdividido em: i) energético, ii) transportes, iii) edificações, iv) agronegócio. Pelo lado da oferta de energia, os cenários seriam: a) geração concentrada; b) geração distribuída. Na geração concentrada seriam abordadas: i) hidráulicas; ii) termoeletricas; e, iii) nucleares. Na geração distribuída seriam consideradas as seguintes formas: i) fotovoltaicas, ii) eólicas; iii) biomassa.

O Quadro a seguir representa as respectivas divisões dos cenários.

CENÁRIOS - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO¹¹

DEMANDA	OFERTA
a) Industrial: Energética Transportes Edificações Agropecuário b) Fontes Energéticas: Elétrica Gás natural Gasolina, diesel e querosene de aviação c) Eficiência energética: Selos e certificados	a) Geração centralizada: Hidráulicas Termoeletricas: Fósseis Renováveis Eólicas Solar Nuclear b) Geração distribuída: Fotovoltaicas Eólicas Biomassas Pequenas Centrais Hidrelétricas

Na elaboração desses cenários (planejamento estratégico) alguns aspectos importantes devem ser considerados. Segundo a Nota Técnica DEA 13/15 (2016), temos:

“Nesse sentido, os estudos de demanda de energia no longo prazo identificaram alguns aspectos-chave para essa estimativa, cuja análise deverá se deter considerando os condicionantes associados à sua

¹¹ Nota Técnica DEA 13/15 – Série Estudos da Demanda de Energia. EPE, janeiro de 2016.

viabilização e seus consequentes impactos desses aspectos. Estes aspectos incluem a avaliação de incertezas tais como (não necessariamente nessa ordem):

- O impacto do papel do consumidor final como agente do mercado de energia, englobando o uso eficiente de energia e também como gerador de sua própria energia. Nesse caso, tanto as taxas de penetração mais agressivas de eficiência energética quanto à expansão da geração distribuída podem contribuir para redução significativa do crescimento da demanda de energia no longo prazo;
 - A evolução do padrão futuro de mobilidade nas cidades brasileiras, reconhecidamente um aspecto que exigirá mudanças pela já observada saturação das grandes cidades brasileiras e pela necessidade de um novo modelo de crescimento para as cidades de pequeno e médio porte, com foco no transporte coletivo e não motorizado.
 - As políticas de mobilidade e planejamento urbano, além do aumento da conectividade entre os usuários de transportes e entre os próprios veículos (comunicação veículo a veículo) terão, por certo, impacto profundo não somente sobre o consumo de energia, como também sobre outros aspectos como qualidade de vida da população;
 - A transformação modal do transporte brasileiro de cargas que, embora necessária para dar mais competitividade à economia brasileira, depara-se com grande desafio e esforço para viabilizá-la no longo prazo. Estes desafios relacionam-se, entre outros, aos investimentos demandados para promover essa transformação modal, adequadamente avaliada;
 - A inserção de novas tecnologias em setores como a indústria, transporte e residências, o que envolve, por exemplo, o grau de penetração das alternativas de eletrificação na matriz de transportes, o uso de fontes renováveis na produção industrial, os equipamentos de uso final nas residências brasileiras e seu consequente impacto sobre o consumo final de energia nesses setores;
 - A dinâmica de incorporação de novos consumidores brasileiros neste horizonte, posto que os desafios relacionados ao atendimento de um contingente quantitativo crescente de população neste período (cerca de 50% de aumento de população até 2050), à crescente demanda de serviços de maior qualidade gerada pelo crescimento da renda per capita e também a um relativo movimento de mobilidade social esperado;
 - A evolução do perfil das edificações brasileiras, incluindo prédios tanto para uso residencial quanto comercial. No horizonte de longo prazo, expansão adicional significativa de habitações e prédios comerciais deverá ocorrer, o que gera oportunidades de incentivo à penetração de edificações eficientes e também à modernização das existentes, tanto a partir de iniciativas do mercado quanto catalisadas por ação de políticas públicas;
 - A competitividade relativa dos energéticos, que define em muitos aspectos a expansão de determinadas atividades econômicas neste horizonte, por exemplo, as indústrias energointensivas no país. Além disso, a competitividade internacional do país é fortemente definida também pelo ambiente existente de preços da energia.

As incertezas associadas aos aspectos acima mencionados podem levar a realidades bastante distintas da demanda futura de energia e, conseqüentemente, impactar de maneira significativa a estratégia de expansão futura do setor energético brasileiro. Nesse sentido, este item da nota técnica visa discutir esses aspectos, o que subsidia a elaboração de premissas para as estimativas de demanda de energia no longo prazo, em seus diversos setores de consumo final.”

Podemos observar que a ótica de estudos da EPE recai sobre a demanda energética, devendo essa nortear o setor de geração de energia. Em que pese a excelência do trabalho, fica evidenciado que os estudos energéticos são muito mais focados na demanda do que na geração. Devemos observar a importância de abrir novas frentes de trabalho e investimentos no setor de geração de energia.

Importante ressaltar que um dos aspectos levantados na supracitada Nota Técnica da EPE aborda o comportamento do consumidor, assim como os seus hábitos. Enquanto uma faixa da população procura equipamentos com maiores índices de eficiência outro segmento procura por aparelhos mais potentes com maior grau

de consumo. Não seria o caso de sobretaxar esse segmento de consumidor? Dessa forma, os recursos advindos desse preço financiariam novos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no setor energético.

Outro aspecto que chama muita atenção, do mencionado estudo, é a questão do segmento de transportes de cargas (segundo maior consumidor de energia do país), assim como a mobilidade urbana. A matriz modal dos transportes no Brasil revela que 25% dos transportes são realizados por meio de ferrovias, 58% por meio rodoviário e 17% outros meios. Caso o crescimento econômico se concretize haverá uma maior participação da população brasileira no consumo de veículos leves motorizados, aumentando, assim, a participação dessa modalidade de transporte na matriz brasileira, afora os incentivos fiscais que incidem sobre esse segmento mercadológico. São informações preocupantes, pois, mais da metade do transporte modal é realizado por meio de rodovias (cargas pesadas, leves e passageiros).

O crescimento da frota de veículos aumenta o impacto no trânsito das cidades, causando engarrafamentos, resultando em prejuízos não só econômicos, mas, também sociais e ambientais. São fatores primordiais na temática governamental de Transportes. Nesse segmento temático específico, devem ser elaboradas tratativas no sentido de se buscar uma maior eficiência, com o menor impacto ambiental possível, para solucionar esse problema de infraestrutura. Talvez, investir mais em ferrovias seja uma solução premente.

As perspectivas de crescimento populacional até o ano de 2050, associados ao aumento da renda per capita, agravará ainda mais o cenário de mobilidade urbana. Os investimentos do setor privado no segmento de veículos híbridos e leves implicará aumento significativo na procura por energia elétrica. Países da Europa estão anunciando políticas de abandono de veículos impulsionados por queima de combustíveis fósseis. Será uma tendência mundial e o Brasil não ficará fora desse mercado migrando dos atuais modelos movidos a combustíveis fósseis para veículos elétricos e híbridos. Esses estudos indicam que o crescimento desses veículos leves triplicará até 2050.

Outro aspecto importante nesses novos veículos é a sua enorme colaboração na diminuição de emissão Gases Efeito Estufa (GEE). Sem sombra de dúvidas, o futuro promissor desses novos meios de locomoção vai alterar o mercado de compra e venda de veículos, assim como o de fabricação.

Fator preocupante nessa vertente de migração veicular é a ausência de uma infraestrutura apropriada para abastecer os veículos elétricos. Para esse fim, são necessários pesados investimentos na rede de recarga desses veículos, além de uma reestruturação de fiação adequada para esse abastecimento. Outros fatores devem ser levados em consideração, como o tempo de recarga, a regulamentação desse segmento específico, a padronização veicular e a otimização das vias e rodovias para se evitar desperdícios energéticos.

Esse fenômeno deve ser considerado nos estudos do governo federal, pois, provocará um aumento na demanda de energia elétrica, principalmente, no período da noite, quando esses veículos estiverem em modo de “carregamento”. Cabe ao planejamento incluir como um de seus mandamentos obrigatórios, o aumento dos valores de investimentos governamentais na geração de energia elétrica, assim, como aumentar o grau de participação da iniciativa privada nessa empreitada.

Nessa esteira, cumpre destacar a importância a Geração Distribuída de energia elétrica, no cenário do planejamento estratégico, principalmente, a geração de energia doméstica, ou seja, aquela voltada a residências. O planejamento governamental deve focar na expansão desse segmento específico de Geração Distribuída, nas residências, por meio da utilização da tecnologia de células FotoVoltaicas, fomentando sua divulgação e instalação. Seja por meio de incentivos fiscais ou seja subsidiando empréstimos junto ao setor financeiro.

Nesse cenário de incertezas, para a elaboração de um planejamento estratégico, algumas dúvidas surgem no que diz respeito as tendências tecnológicas e mercadológicas no tocante aos meios de transportes de passageiros. Os atuais incentivos na utilização de

biocombustíveis continuariam? Qual seria a motivação para o país ingressar na eletrificação veicular, visto a atual crise fiscal restringiria aportes orçamentários significativos para investir na geração de energia elétrica? Quais as soluções para o transporte em massa da população? Quais providências governamentais adotadas no Brasil objetivando reduzir o consumo de combustíveis fósseis? No cenário industrial outras tantas dúvidas surgem nessa mesma seara, pois, apesar de os índices indicarem desaceleração das atividades econômicas (trata-se do setor de maior consumo energético do país), quando esse cenário mudar, o consumo de energia desse segmento será vultoso e novas fontes na geração energética deverão entrar na pauta. O Brasil está preparado para enfrentar esse desafio? Qual seria, então, o grau de expansão das indústrias nesse cenário?

6. PLANEJAMENTO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.

Na esteira do planejamento estratégico surge como ferramenta importante, para diminuir a taxa de crescimento energético, a eficiência energética. Fica bastante evidente que com o aumento das demandas energéticas os preços pagos pelo consumo do bem energia ficará cada vez mais elevado, pois, a oferta energética não possui o mesmo ritmo de crescimento que a da demanda. Ainda, associado a crescente demanda, ficou evidente que o uso das atuais reservas energéticas (recursos fósseis e hidráulicos) estão ficando mais escassas.

O planejamento energético, como instrumento de mitigação de riscos no abastecimento energético e para o atendimento das necessidades inerentes ao desenvolvimento socioeconômico, deve analisar esse cenário e elaborar projeções de curto, médio e longo prazos com propostas de soluções para evitar que tal fato ocorra. Nessa corrente, sob a perspectiva da demanda e da oferta de energia, a eficiência energética ganhou espaço, principalmente, por causa do aumento do custo financeiro e ambiental.

A Nota Técnica DEA 13/15 (2016) abordou que estudos recentes publicado pela Agência Internacional de Energia (IEA, 2013) indicaram

que a eficiência energética pode contribuir significativamente na redução da emissão de gases de efeito estufa. Considerando a crescente preocupação com o aquecimento global do planeta, trazendo como uma das principais consequências as alterações climáticas, além do aumento de emissão de CO₂ na atmosfera terrestre, a eficiência energética deve entrar na pauta governamental como um dos principais instrumentos de sua política.

Ainda, segundo a Nota Técnica, da EPE, existem duas parcelas distintas para a penetração da eficiência energética no horizonte de longo prazo. A primeira parcela, denominada de progresso tendencial, corresponde ao comportamento do consumidor em adquirir novos equipamentos (com maior eficiência energética) em substituição aos atuais. A segunda parcela, denominada de progresso induzido, relaciona-se a ação de políticas públicas na instituição de programas e ações voltadas ao incentivo da eficiência.

Cabe ressaltar que, investimentos e Pesquisa e Desenvolvimento na área de eficiência energética, principalmente, de cunho tecnológico, ficam por conta do setor privado. Ou seja, as melhorias tecnológicas que possibilitarão aumento na eficiência energética advirão quase que exclusivamente do setor privado. No Brasil, atualmente, existem iniciativas nesse sentido, destacando-se o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso de Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), dentre outros.

A aplicação das políticas governamentais, visando a obtenção de melhores resultados, deve, ainda, considerar a existência de diversos segmentos na demanda energética. O setor industrial representa o segmento de maior consumo energético. O setor residencial é o mais sensível e suscetível as alterações energéticas, pois, envolvem hábitos de consumo além dos custos envolvidos na obtenção de equipamentos mais eficientes. Outro setor bastante sensível é o de transporte, pois, afeta diretamente, milhões de brasileiros que necessitam de condução, coletiva ou individual, para atender as necessidades diárias. O setor agropecuário, maior responsável pelo crescimento do PIB, nos últimos

anos, deve ter tratamento diferenciado, pois, quaisquer impactos negativos nessa atividade repercutirá no cenário econômico do país. O setor de serviços, que possui relevante peso na geração e manutenção de empregos deve ser priorizado na implementação de políticas de eficiência energética.

Todos esses aspectos são importantes e merecedores de destaque para reverter a atual crise fiscal e econômica na qual o Brasil se encontra. Planejar as demandas e ofertas de energias, presentes e futuras, são estratégicas, podendo pesar positiva ou negativamente, no mercado. A importância de o país apresentar um planejamento robusto e confiável na área energética e que seja realista com as condições enfrentadas nessa área podem trazer de volta a confiança dos investidores nacionais e internacionais. Nesse contexto, a eficiência energética representa um papel importante, pois, dependendo das condições de oferta de energia o país poderá inviabilizar quaisquer intenções de investimentos econômicos.

A evolução da eficiência energética trará significativa contribuição na redução do consumo de energia, além de introduzir outros benefícios como, por exemplo, a redução de gases de efeito estufa, reduzir o impacto na degradação do meio ambiente, redução de partículas suspensas e poluentes que prejudicam a saúde e a vida de humanos, animais e plantas. Na verdade, o planejamento do setor energético é um desafio que não estará restrito, apenas, ao governo, mais também das iniciativas legislativas, do comportamento humano, da academia, das empresas privadas, ou seja, de todos os segmentos envolvidos nesse processo.

7. PLANEJAMENTO NA OFERTA DE ENERGIA.

Quanto aos aspectos do planejamento energético governamental, no segmento de ofertar energia aos consumidores, trata-se do maior desafio a ser enfrentado pelo país para os próximos anos. Parte mais

sensível e significativa do mercado energético, a oferta de energia é, sem sombras de dúvidas, a mais importante e mais complexa dentre todas as outras.

Para agravar ainda mais esse cenário, a perda da capacidade de investimento do Estado (governo federal, estadual e municipal, incluindo o DF), como consequência da crise econômica e fiscal dificulta qualquer cenário de planejamento energético, tanto a longo prazo, como, também, de médio e curto prazos.

Investimentos em projetos governamentais, na área de geração de energia, demandam elevados volumes de recursos orçamentários, principalmente, nos projetos de geração de energia centralizados em grandes unidades geradoras (de origem: hidráulica – grandes represas; nuclear; e, termoeletricas). Tal fenômeno pode ser explicado pela tendência de maiores concentrações populacionais nos grandes centros urbanos.

Faz parte desse núcleo desafiador e integrante do planejamento energético, considerar os altos custos ambientais, sociais e econômicos advindos desses empreendimentos. Associar a esses sistemas de equações, componentes de mensuram e avaliam os possíveis impactos socioambientais, variáveis que permitam quantificar os custos advindos da implementação desses projetos, impinge um grau de complexidade bastante elevado na solução desse problema.

Componente central e nuclear do Plano Plurianual (segmento de energia) é a escassez de recursos orçamentários e financeiros que sejam capazes de promover e financiar grandes investimentos, obrigando ao gestor público engendrar por outros cenários com alternativas capazes de suprir a demanda crescente de energia.

O Sistema Integrado Nacional (SIN) promoveu um maior grau de integração entre as grandes geradoras nacionais, aproximando as grandes produtoras de energia elétrica aos grandes consumidores. Contudo, mesmo com a mencionada integração, o potencial de geração de energia elétrica não será capaz de resolver o problema advindo do crescimento da demanda energética, conforme indica a Nota Técnica DEA, da EPE.

Dentro das possibilidades possíveis, o Governo deve envidar esforços na busca por alternativas viáveis para solucionar o presente problema, incentivando e procurando meios capazes de fomentar a geração de energia, devendo considerar, no seu espectro de variáveis, àquelas que estejam no alcance de serem implementadas e representando o menor impacto orçamentário possível.

Tendo em vista a dificuldade econômica atual, surgem como premissas do planejamento energético as seguintes variáveis: a participação da oferta de geração distribuída e descentralizada de energia; renovação e alteração da atual infraestrutura urbana e rural, com edificações mais inteligentes e integradas; introdução de novas tecnologias no mercado de mobilidade urbana; modernização nas redes de distribuição de energia elétrica, com a introdução de tecnologias de gestão e de comunicação; expansão, integração e interligação da rede de gás com o aproveitamento de resíduos orgânicos na geração desse combustível (que pode ser convertido em energia elétrica); modernização e integração dos diferentes sistemas energéticos ou não-energéticos, de serviços, de comunicação e de todas as outras redes utilizadas.

Sob esse aspecto, cabe comentar que existe uma diferença bastante sucinta entre geração distribuída de energia e oferta descentralizada de energia. Oferta descentralizada de energia é a produção de energia perto do ponto de consumo; Geração distribuída de energia é a utilização de qualquer vetor energético utilizado para suprir essa demanda, que pode ser: elétrico, bio-gás, biomassa, calor. O conceito de Oferta Descentralizada de Energia adotado no Plano Nacional de Energia, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, abrange a união dos conceitos de geração distribuída de energia e de produção descentralizada de energia, que é o conceito também adotado neste trabalho.

Diante a atual dificuldade fiscal que o país atravessa a utilização de uma política voltada a geração distribuída de energia parece ser a mais indicada e a mais realista, visto que a implantação da mesma pode ser realizada sem a necessidade de grandes aportes

orçamentários pelo setor público. Basta para tanto, implementar uma política de fomento na utilização dessa vertente de geração distribuída.

A geração distribuída de energia pode ser assim segmentada:

- a) Geração de Energia Elétrica;
- b) Geração de Combustíveis;
- c) Geração de Biogás;
- d) Geração de Biomassa.

No segmento de energia elétrica, o Brasil possui, ainda, um grande potencial de geração energética a ser explorada, que são advindas das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (geração entre 1 e 30 Megawatts). A vantagem de aproveitamento desse promissor potencial energético é que permite a participação de empresários do setor privado nessa empreitada, bastando, para tal, melhorar a regulamentação dessa atividade, que esbarra na legislação ambiental. Mesmo com um custo de do quilowatt mais elevado que os gerados em grandes usinas as pequenas usinas causam um menor impacto ambiental, o que favorece sua implementação.

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 regulamenta a comercialização de energia elétrica e em seu Art. 14, considera a geração distribuída a produção de energia elétrica conectados diretamente no sistema elétrico de distribuição o empreendimento com capacidade inferior a 30 MW.

A Tabela abaixo demonstra a classificação dos tipos de geradoras, conforme de extrai da Nota Técnica DEA 13/15.

Classificação dos Tipos Geradoras¹²

Tipologia	Capacidade
Micro Geração Distribuída	≤ 100KW
Mini Geração Distribuída	> 100KW e ≤ 1MW
Média Geração Distribuída	> 1MW e ≤ 5MW
Grande Geração Distribuída	> 5MW e ≤ 30MW

¹² Nota Técnica DEA 13/15, 2016. Série Estudos da Demanda de Energia.

A implementação de uma política governamental energética, de baixo custo podendo ser explorada por particulares ou por pequenos empresários, que sejam capazes de suportar esse investimento, nos parece bastante razoável e de fácil regulamentação. Tal política pode ser inserida no planejamento energético e estratégico governamental, bastando, apenas, disciplinar e regulamentar sua execução, sem regramentos rígidos e complexos. Com um custo de implantação relativamente baixo, pode-se ampliar a oferta de energia em um curto intervalo de tempo. A introdução da geração distribuída na pauta do planejamento energético impõe-se como obrigatória, ainda, mas, nesse momento de crise fiscal.

A geração de energia distribuída pode ser identificada pelo tipo de geração, conforme segue :

- a) A geração distribuída fotovoltaica;
- b) A geração distribuída biogás;
- c) A geração distribuída de biomassa;
- d) A geração distribuída eólica.

A escolha de qual tipo de geração distribuída recai sobre a pessoa (consumidor ou produtor) que vai escolher qual dos empreendimentos acima deseja executar e que melhor atende as suas necessidades, peculiaridades e capacidade financeira de implementação. Depende, ainda, das condições, do meio e das circunstâncias onde cada indivíduo reside. Na área urbana recomenda-se a utilização de geração fotovoltaica, na área rural, pode-se empreender em quaisquer desses tipos. Outra questão importante a ser considerada é o retorno financeiro do empreendimento.

Trabalhar na redução dos custos para a implantação desses projetos/plantas contribui sobremaneira na viabilização desses empreendimentos, com o correspondente aumento no número de plantas (usinas) geradoras, proporcionando um incremento na oferta de energia. Esses projetos servem tanto para ofertar energia na rede como para reduzir o quantitativo de carga consumido da rede, com a consequente diminuição do valor pago da tarifa (redução dos custos) pelo seu consumo.

A implantação de plantas (usinas) geradoras de energia distribuída, pode, ainda, ser classificada pela sua capacidade de geração: a) pequeno porte (residencial); e, b) grande porte (empresarial e/ou industrial). Todas essas divisões servem para facilitar a elaboração do planejamento energético.

Um aspecto importante, nessa exploração energética, a ser considerado no planejamento estratégico, são as condições geoclimáticas, topológicas e geográficas do Brasil. Essa análise proporciona um substantivo ganho energético na implantação desses projetos com redução nos custos de investimentos, garantindo dessa forma, um maior retorno financeiro. Nessa linha de raciocínio, deve-se considerar a alta incidência solar nos Estados da Região Nordeste que, além, de possuírem os melhores locais para a instalação de parques eólicos proporcionam um atrativo para os investimentos na exploração de plantas fotovoltaicas, dadas essas características geoclimáticas. Considerar todas essas particularidades no planejamento (governamental, estratégico e plurianual) tornam-se obrigatórios e nucleares na elaboração do planejamento energético (nacional ou local) seja de natureza governamental, seja de natureza privada. O Brasil, dadas as suas características geoclimáticas, possui um enorme potencial energético, seja de natureza solar ou seja de natureza eólica, que deve ser explorado. Possui, ainda, uma costa marítima com extensão de 7.367 km, que representa um outro potencial energético a ser considerado (força das marés) no planejamento energético, potencial esse, que já é explorado por outros países.

A possibilidade de exploração econômica na Região Nordeste, tendo em vista o seu potencial energético, se constituirá em um importante vetor no crescimento e desenvolvimento socioeconômico dos Estados integrantes daquela Região. Sua inserção na elaboração de cenários energéticos se constitui em um importante instrumento de fomento e inserção, dos Estados nordestinos, objetivando o desenvolvimento sustentável, com efetivo combate a erradicação da pobreza, e, principalmente, como política social no fomento da geração de emprego. Torna-se muito importante o planejamento considerar

esse viés proporcionando mais subsídios, financiamentos de projetos e medidas de incentivos fiscais para alcançar esse objetivo.

Nos últimos anos, a geração de energia elétrica fotovoltaica foi, e continua sendo, amplamente implementada no Brasil, devido, principalmente, a sua modularidade tecnológica, com custos cada vez mais vantajosos. Tornou-se a principal alternativa para o consumidor individual gerar sua própria energia elétrica, com finalidade de consumo próprio e domiciliar.

Cumprir destacar, a importância dos grandes projetos na geração distribuída de energia elétrica utilizando plantas fotovoltaicas e eólicas, principalmente, na Região Nordeste. Para o setor energético brasileiro, trata-se de uma iniciativa salutar e com grandes perspectivas de inserção dessas plantas na matriz geradora de energia elétrica.

Outra fronteira a ser desbravada, no segmento de geração de energia, encontra-se a geração de biogás. Com elevado potencial na geração de energia, combustível, principalmente, essa vertente energética pode, ainda, proporcionar a geração de energia elétrica, bastando utilizá-la como energia motriz nos geradores elétricos.

A utilização do processo de digestão anaeróbica para a produção do biogás se torna bastante promissora no mercado de energia tornando-se em outro vetor energético pelo lado da oferta, devendo ser considerado na elaboração de projetos energéticos, parte integrante do planejamento governamental e estratégico.

Também considera-se como uso racional de energia (demanda x oferta) a cogeração energética que constitui no processo de aproveitamento de energético reutilizando a energia produzida na forma de vapor e eletricidade gerados no próprio processo industrial.

É muito mais espendioso investir em pesquisas na geração de energia do que no consumo. Isso é preocupante, pois, demonstra que o Brasil não atua como precursor em pesquisas na busca por novas fontes de energia. Dessa forma, fica na dependência de tecnologias estrangeiras. O Brasil deve reverter esse quadro e proporcionar meios necessários para a abertura de novas fronteiras tecnológicas e inovadoras.

A importância de o Governo engendrar esforços para propiciar esse alavancamento na inovação tecnológica advém da natureza desse investimento, que possui um elevado grau de incerteza e de riscos que são inerentes a essas modalidades de empreendimentos. Nos últimos anos, diante a crise fiscal, o governo brasileiro centrou suas atenções e esforços na política econômica que é voltada a contenção dos gastos públicos, em detrimento as outras políticas, como as voltadas a área social. Nessa esteira, a Fábrica de Ideias (Mazzucato, 2009), propõe uma mudança de foco e ao invés de centrar demasiada atenção na política econômica, deve se esforçar mais no plano de crescimento, que permitirá a concretização de inovação e prosperidade, que alimentará a economia com novos produtos e serviços.

“Com orçamentos tão limitados, transformar o Reino Unido em uma fábrica de ideias dependerá de um investimento cuidadosamente direcionado nas atividades que alimentam a experimentação necessária para a inovação. A inovação é um processo coletivo e depende de sistemas: a interação entre empresas e agências de pesquisa, educação, infraestrutura pública, capital de risco e desenvolvimento regional com financiamento público.”

Uma das propostas abordadas pela autora (Mazzucato, 2009) foi a criação de um banco de investimentos com a intenção iniciar uma revolução tecnológica verde, nos segmentos de energia e do meio ambiente. Ressaltou a importância na formação de capital humano e na melhoria da infraestrutura.

Fica bastante evidente, que o Governo brasileiro se deixou dominar pela política econômica. Quaisquer investimentos no país devem se sujeitar as regras ditadas pelo mercado financeiro, incluindo nesse horizonte, os investimentos de riscos, que são mais penalizados em detrimento daqueles empreendimentos que oferecem menos riscos. O Governo deve procurar reverter este cenário oferecendo contrapartidas no sentido de fortalecer os projetos e empreendimentos inovadores que envolvam maiores riscos.

8. PLANO DE GOVERNO E PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - EQUILIBRIO ENTRE OFERTA E A DEMANDA DE ENERGIA.

A melhor resposta que o governo pode fornecer a sociedade ou ao mercado, para enfrentar quaisquer crises, seja de natureza fiscal, orçamentária ou energética, é promover a elaboração de um planejamento bem instrumentalizado e estruturado, com objetivos e metas bem definidos e viáveis.

Necessariamente, surge como premissa básica de todo e qualquer planejamento estratégico do governo considerar a integração das diversas políticas públicas transversais, que envolvam: energia, transportes, ciência e tecnologia, comunicação, infraestrutura, educação e agropecuária. A otimização e integração na utilização de todos esses conhecimentos e de recursos devem ser considerados como elementos planejados, projetados e implantados de forma coordenada e controlada, buscando a obtenção dos melhores resultados na utilização dos serviços públicos disponíveis e disponibilizados a sociedade.

É imperativo promover a integração entre as áreas de atuação governamental com maior participação dos agentes públicos envolvidos nesse plano. Daí advém a importância de valorizar os servidores efetivos integrantes das carreiras estruturadas com vínculo estatutário, na preparação e elaboração desses instrumentos de planejamento. Atualmente, cada Ministério, atua de forma isolada sem haver uma interação com outras Pastas Ministeriais. Em decorrência desse fato, algumas atividades governamentais ficam sobrepostas com duplicidade de ações, caracterizando um verdadeiro desperdício de recursos públicos.

Incluem-se, nessa pauta, a renovação e mudanças na infraestrutura urbana, possibilitando, a introdução de novas tecnologias nas novas edificações, com maior aproveitamento das energias fotovoltaicas, eólicas, biodigestores e outras mais. Edificações mais inteligentes, utilizando mais a iluminação natural, evitando a incidência

direta dos raios solares, além de utilização de vidros filtrantes e com a capacidade de transformar a luz em eletricidade. Nessa seara, também, devem ser incluídas a construção de redes de gás, o reaproveitamento de resíduos orgânicos para geração de biogás que poderão alimentar a rede, a introdução das redes inteligentes 'smart grid', melhoria na rede de comunicações e da mobilidade urbana etc. A modernização nos modais de transportes públicos o uso da tecnologia dos veículos elétricos, híbridos e com células de combustíveis (processo que utiliza o álcool na geração de energia elétrica - hidrólise) também devem ser considerados nessas proposições. Outros exemplos também poderiam ser citados. A integração de todos esses sistemas torna-se uma questão nuclear e obrigatória, sendo, o planejamento, o único instrumento capaz de possibilitar essa interação.

As interligações desses sistemas energéticos devem ser adotados como premissas básicas na busca da otimização de utilização de todos os serviços públicos disponibilizados à sociedade brasileira, tanto pelo lado da demanda quanto pelo lado da oferta.

Na busca da integração desses instrumentos de planejamento (PPA, o Planejamento Estratégico e o Plano Nacional) observa-se o relacionamento dos seguintes fatores:

- a) Definir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir dos cenários econômicos elaborados;
- b) Estabelecer um consenso de qual modelo de desenvolvimento pretende-se adotar;
- c) Análise de riscos, de forma a estabelecer respostas para situações de crises fiscais com a consequente restrição orçamentária;
- d) Estabelecer quais setores de infraestrutura (energia, transportes, comunicação etc.) devem ser prioritários;
- e) Estabelecer critérios na busca pela coesão e integração dos programas governamentais.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988, enfatizou o planejamento (PPA, LDO e LOA)¹³ como instrumento capaz de viabilizar a aplicação das políticas públicas, por meio dos Programas Governamentais e efetivados pelas Ações Orçamentárias. Não existe, portanto, nenhuma previsão legal para interligar os Planos Nacionais e Estratégicos com os instrumentos acima descritos.

Compete, então, ao gestor público a missão de prover meios para integrar esses dois instrumentos de planejamento: o estratégico e o plurianual (PPA, LDO e LOA). Para tanto, deve requerer dos agentes públicos envolvidos os seguintes atributos: governança; competência; compromisso; interlocução com outros agentes; e, capacidade técnica para dar efetividade a essa integração, devendo atuarem por meio dos instrumentos técnicos de planejamento e gestão. Para alcançar tal fim, o agente público deve ter habilidade de comunicação de forma a passar as informações pertinentes ao projeto e/ou planejamento de forma clara e completa às partes envolvidas.

Ainda nessa esteira, o planejamento deve agir para a correção das atuais distorções administrativas, já comentadas neste trabalho, e criador de facilidades para que a gestão pública seja capaz de remover empecilhos institucionais voltados a promoção e viabilização do crescimento socioeconômico.

Os agentes públicos envolvidos na elaboração desses projetos devem estar capacitados e plenamente comprometidos nessa tarefa. Nesse sentido, a administração pública possui em seu quadro funcional servidores públicos concursados e plenamente capacitados. Ou seja, não existe nenhuma necessidade em se requisitar funcionários públicos de empresas estatais para esse fim. Tais servidores públicos, pertencem e integram carreiras estruturadas e voltadas a atenderem essa finalidade e devem ser aproveitados nesse intuito. Constata-se

¹³ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I - o plano plurianual;
II - as diretrizes orçamentárias;
III - os orçamentos anuais.

que requisitar funcionários públicos, de qualquer natureza, é um desperdício de recursos públicos. Não só pelo atual momento de crise fiscal que o país se encontra, mas, pelo princípio constitucional da economicidade e da eficiência a requisição de funcionários, aqui abordadas, é um verdadeiro desserviço ao país.

Não é mais cabível a implementação de políticas governamentais isoladas sem estarem associadas a outras políticas. A implementação de quaisquer novos projetos devem estar associados a uma melhoria nas condições de vida das pessoas, residentes ou não das regiões urbanas, sem, entretanto, agredir o meio ambiente. Os novos projetos devem ser implementados atendendo a todas essas demandas, integrando as diversas áreas visando a otimização de todos os recursos envolvidos nesse empreendimento.

O compartilhamento de todos esses recursos, energéticos ou não-energéticos, devem ser integrados na aplicação das políticas governamentais, e, portanto, inseridas na elaboração dos planos de governo (estratégico e plurianual), obrigatoriamente.

Para esse fim, devem-se considerar alguns conhecimentos e fatores que são integrantes e compreendem esse processo:

- a) Políticas Nacionais;
- b) Programas de Governo ;
- c) Planejamento Estratégico;
- d) Plano Plurianual;
- e) LDO e LOA;
- f) Recursos Humanos (capacitação, comprometimento, pertencer a carreiras estruturadas e conhecimento técnico nas ferramentas de planejamento);
- g) Tecnologias Inovadoras (industriais, comerciais, infraestruturas, serviços etc.) ;
- h) Análise em Project Finance, considerando políticas diferenciais e de apoio para projetos inovadores de produtos e serviços, que envolvam riscos, fortalecendo a teoria « *Fábrica de Ideias* ».

Deve-se observar, no desenvolvimento de todos esses modelos a inserção de metodologias em Análise de Riscos e considerações sobre a realidade econômica, tecnológica e política na elaboração dos cenários. Essas considerações elevam o grau de segurança em todas

as modalidades de empreendimentos, favorecendo os investimentos nacionais e internacionais tão necessários ao crescimento social e econômico do país.

Dessa forma, em qualquer arcabouço de planejamento, deve considerar as novas tecnologias desenvolvidas, bem como as melhorias havidas em cada área governamental, como instrumento agregador dessas atividades. A integração entre o segmento de transportes, ciência e tecnologia, comunicação, infraestrutura, energia, educação e cidades cada vez se torna cada vez mais presente e obrigatória no desenvolvimento de quaisquer novos projetos.

No segmento energético a busca no equilíbrio entre a oferta e a demanda deve ser traçada como objetivo de planejamento e a questão ambiental deve ser tratada com a devida relevância nesses cenários. A introdução da geração distribuída de energia no plano energético e integrada com as outras políticas (social, transportes, infraestrutura, educação...) de médio e longo prazo, impõe-se como requisito central e básico. Associado a esse plano, deve-se considerar, também, a missão de interligar os diferentes sistemas energéticos e não energéticos desenvolvidos e implantados no Brasil.

Vale lembrar que crescimento econômico demanda suprimento de energia. Portanto, para atender a necessidade desse insumo indutor do crescimento socioeconômico (energia), o país deve abrir novas frentes de investimentos, de tal forma a possibilitar que a oferta energética permita esse desenvolvimento.

O potencial de geração energética no Brasil (geração distribuída) é bastante elevado e deve ser considerado como uma das componentes para integrar a atual matriz energética, bastando para esse fim, que haja um maior comprometimento das áreas envolvidas (representadas por seus agentes públicos). O enfrentamento das atuais questões institucionais devem ser abordadas e tratadas de forma a criar cenários mais favoráveis e seguros para que existam maiores investimentos nesses segmentos de geração energética.

Com todos esses cenários considerados, será possível elaborar um planejamento governamental mais eficiente como resposta ao

enfrentamento de crises. Como consequência dessa plataforma de planejamento a relação de confiança entre os investidores, consumidores e governo ficará mais fortalecida, pois, trará mais estabilidade no mercado e maior segurança administrativa e jurídica.

9. CONCLUSÃO E SOLUÇÕES PROPOSTAS.

Atualmente, o maior desafio com que os gestores públicos brasileiros se deparam é o enfrentamento da crise fiscal e econômica. Encontrar meios que sejam capazes de conduzir o Brasil novamente ao crescimento econômico sustentável é uma tarefa árdua que demanda conhecimento técnico-científico bastante específico.

Esse desafio exige um maior grau de comprometimento dos gestores públicos na procura de soluções que possibilitem o país trilhar no caminho certo para um futuro próspero, sustentável e com todos os benefícios advindos do desenvolvimento socioeconômico.

Nesse contexto, o vetor energia se encontra presente em todos os cenários possíveis, pois, na cadeia de qualquer processo produtivo faz-se necessário disponibilizar esse recurso energético para os agentes produtores, assim como, para os agentes consumidores.

Nesse diapasão, o recurso energético pode ser considerado como um elemento fundamental no desenvolvimento socioeconômico do país. Consequentemente, sua ausência ou insuficiência afeta esse crescimento. Logo, o desenvolvimento socioeconômico levará a um aumento no consumo energético. Surge, então, o primeiro desafio a ser enfrentado e solucionado, que é a procura de resolver a equação: $\text{Demanda de Energia} = \text{Oferta de Energia}$. A princípio, parece uma equação bastante simples, mas, sua solução é extremamente complexa e problemática, pois, envolvem parâmetros tecnológicos, financeiros (orçamentários), logísticos, recursos humanos, institucionais, ambientais, sociais, políticos e legais.

Diante o atual cenário fiscal brasileiro, a construção de qualquer engenharia de planejamento torna-se mais complexa com aumento dos

graus de dificuldade dos aportes de recursos orçamentários, principalmente, em investimentos na área de infraestrutura (setor energia), que possibilitariam transpor essa barreira econômica.

A melhor forma de resolver esse sistema complexo de equações é o governo ampliar investimentos na área de planejamento, englobando os planos governamentais, os estratégicos, os plurianuais e os orçamentos. Fortalecer a integração entre esses instrumentos possibilitará a construção de cenários prospectivos mais eficientes, aumentando dessa forma as probabilidades de acerto nas buscas de soluções que sejam capazes de resolver o presente problema.

Ainda nessa linha de raciocínio, o planejamento deve inserir em suas prospecções, além daquelas voltadas ao segmento energético, as seguintes variáveis: Avaliação de Custos; Ampliação da Matriz Energética; Fortalecimento da Área de Planejamento; Análise de Riscos; Ampliação de Setores Participativos. O quadro abaixo resume essa integração.

Na avaliação de custos deve-se rever os custos para o Orçamento Geral da União envolvendo os funcionários públicos requisitados (acima de R\$ 1 bilhão por mês), valorizar e capacitar os servidores públicos efetivos e integrantes de carreiras estruturadas (núcleo estratégico).

Aumentar a Matriz Energética de geração de energia. Atualmente, o país depende das Grandes Usinas Hidrelétricas e das Termoelétricas. Estrategicamente, depender somente dessas fontes geradoras faz aumentar significativamente os riscos de 'apagações'.

No campo de planejamento, fica evidenciado a ausência de interação entre os planejamentos de longo, médio e curtos prazos. Essa interação é fundamental para que o país demonstre aos setores envolvidos uma maior segurança para os investimentos, inclusive, promover uma maior valorização desse segmento estratégico, representada pelo planejamento.

Na análise de riscos deve estudar criteriosamente os possíveis impactos advindos das áreas: a) jurídicas; b) de controle; c) do mercado; d) políticas; e) fiscais/econômicas; f) tecnológicas; g) de

peçoal; h) institucionais; i) administrativas. Avaliar o custo dessas interferências, principalmente, para os investidores, concessionários, permissionários e outros atores que participam desse segmento é de vital importância. Mitigar ou mesmo se possível acabar com essas interferências produzirá um resultado de estabilidade e segurança jurídico/administrativo nesse segmento do mercado que proporcionará um significativo aumento no volume de investimentos na geração de energia. Além de estratégico e fundamental inserir análise de riscos nos instrumentos de planejamento, desenvolvimento e inovação na área energética, qualificando os gestores que atuam nas áreas finalísticas, além dos que trabalham nas áreas de planejamento, orçamento e gestão é peça chave para resolver esse cenário no qual o país se encontra.

Também, nessa mesma linha, buscar uma maior participação dos setores acadêmicos, das indústrias, do comércio, dos pequenos e médios consumidores, tecnológicos e outros na participação desses planejamentos, assim como na busca de soluções, tornará esse processo mais transparente e com maior possibilidade de alcançar resultados positivos para o segmento energia. Essa participação permitirá uma maior aceleração entre esses setores, principalmente, entre o acadêmico e o produtivo, proporcionando alianças estratégicas entre os fabricantes de tecnologia e as empresas geradoras de energia, seja no segmento de energia elétrica, seja no de biocombustíveis e/ou de biogás.

Torna-se imprescindível engendrar maiores esforços na elaboração desses planejamentos de forma a possibilitar que a elaboração de projetos se tornem mais efetivos, com maior aplicabilidade e, principalmente, que potencializem os resultados advindos dos impactos tecnológicos e econômicos resultantes desses investimentos.

É indispensável reavaliar a atual política na gestão das organizações públicas. Fortalecer a atuação de servidores públicos efetivos e integrantes de carreiras estruturadas, principalmente, aqueles que atuam nos setores de planejamento e de gestão

governamental para reformular as áreas estratégicas. Nas organizações integrantes da administração pública a mencionada reestruturação é condição *sine qua non* para fazer frente aos desafios apresentados envolvendo as áreas de tecnologia, de energia e organizacional do setor público. Criar uma estrutura orgânica preenchida por servidores públicos efetivos e integrantes das carreiras estruturadas, nos quadros da administração pública, para a condução e gestão dos recursos orçamentários disponíveis é questão estratégica e nuclear na resolução desse desafio.

Os agentes públicos, formuladores de políticas públicas, no segmento energia, do governo federal, devem ser servidores públicos efetivos, que tenham compromisso com os objetivos elaborados nos instrumentos de planejamento e com a administração pública.

A seguir algumas propostas de solução para resolver o presente desafio do setor energético, frente a atual crise fiscal (fator que proporciona uma considerável redução dos recursos orçamentários), que devem integrar o planejamento governamental, como instrumento capaz e hábil na condução e gestão das políticas públicas.

9.1 Regular o Preenchimento Cargos em Comissão.

Uma das ferramentas utilizadas no planejamento estratégico, baseada nos princípios do Quadro Lógico, extraídas do livro Planejamento e Orçamento Governamental (Giacomoni e Pagnussat, 2007), é buscar um maior grau de comprometimento e envolvimento dos agentes públicos, na elaboração, execução e cobrança nos resultados das atividades finalísticas sob competência do governo (no caso do MME – energia, mineração, petróleo e gás). Essa simples observação melhora o resultado no alcance dos objetivos pretendidos.

Beneficiando as organizações públicas e privadas, responsáveis pelo andamento dos projetos, assim como para os beneficiários desses serviços públicos, o governo deve melhorar a gestão dos recursos humanos restringindo a ocupação dos cargos em comissão da

administração pública somente para servidores efetivos nas ocupações dos DAS, do nível 1 até o 5. Para tal finalidade, o governo deve criar regulamentos com regras específicas na ocupação desses cargos. Tal instrumento de regulamentação deve conter critérios objetivos, claros e bem definidos de forma a tornar o processo transparente e com ampla participação dos servidores efetivos. Dessa forma, não haveria mais indicações de pessoas sem vínculo efetivo, apenas para o DAS nível 6, que na administração pública seriam os cargos dos Secretários.

Atualmente, a modalidade de gestão na escolha de preenchimento dos cargos comissionados, possuem vícios e deve ser saneada. Indicar pessoas sem nenhum vínculo com a administração pública, para o exercício de atividades internas do seu corpo funcional, prejudica sobremaneira o cumprimento das metas e atribuições das áreas envolvidas, pois, geralmente, são pessoas que não possuem compromissos e/ou envolvimento em suas atribuições.

Regulamentar o preenchimento dos cargos em comissão para servidores públicos efetivos é uma ferramenta importante e integra os princípios do método gerencial da LFA (Logical Framework Approach – Enfoque Quadro Lógico), amplamente utilizada pelos Estados Unidos da América e países da Europa.

Dessa forma, com maior comprometimento dos agentes públicos, as aplicações decorrentes das políticas públicas alcançarão melhores resultados, com maior aderência ao planejamento, tornando o alcance dos objetivos e das metas mais prováveis de serem obtidas.

A vedação na ocupação dos cargos em comissão de pessoas sem vínculo estatutário (servidores efetivos), conforme acima mencionado, proporcionará uma economia aos cofres públicos de mais de R\$ 1 bilhão, conforme demonstrado no Anexo 11.1 deste trabalho. Com essa simples medida os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência seriam alcançados rapidamente.

9.2 Adoção pelo MME de Metodologia para Planejar e Gerenciar Projetos.

As questões orçamentárias e financeiras têm desafiado constantemente os gestores públicos, principalmente, aqueles envolvidos na condução de projetos governamentais finalísticos e voltados a atender os objetivos da políticas públicas sob a gestão do Ministério de Minas e Energia.

O Plano Nacional, o Plano de Governo, o Plano Plurianual e o Planejamento Estratégico devem estar alinhados, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, pois, são os instrumentos hábeis e capazes para delimitar e executar as políticas governamentais, voltadas a enfrentar o desafio de atender aos anseios da sociedade e do Estado brasileiro. A integração desses planos (de longo, médio e curto prazos) é fator determinante na resolução desse complexo sistema de equações. Essa integração permitirá uma redução significativa nos custos de implantação desses projetos, assim como, possibilitará a otimização dos resultados esperados.

Nessa esteira, a relevância desses instrumentos de Planejamntos são inquestionáveis na condução e aplicação das políticas públicas do Estado e do governo, que no caso do Ministério de Minas e Energia, devem ser focadas nos segmentos de energia, mineração, petróleo e gás, integradas com as outras áreas governamentais.

Geralmente, o Plano Nacional está direcionado a objetivos com prazo de implementação superior a 20 anos. O Plano de Governo e o PPA possuem prazos de 4 anos para o seu atingimento. O Planejamento estratégico não possui um tempo estimado, mas, espera que sua implementação se dê no prazo de 10 anos. No âmbito do Ministério de Minas e Energia existe o Plano Nacional de Energia, elaborado e desenvolvido pela EPE, que fornece subsídios para a formulação de uma estratégia na expansão da oferta de energia para atender a evolução da demanda energética a longo prazo.

Por sua vez, o Plano Plurianual está direcionado a objetivos com prazos de 4 anos. Aumentar a interação desses planos (longo, médio e curto prazos) é um desafio a ser enfrentado devendo ser considerado na arquitetura quando nas elaborações desses instrumentos.

Sobre esse tema em comento, a adoção de um Planejamento Estratégico governamental, buscando integrar as diversas áreas do governo é nuclear e deve ser priorizada no Governo Federal. Vários países utilizam e com bastante sucesso a metodologia americana a LFA (Logical Framework Approach – Enfoque Quadro Lógico), que no caso brasileiro poderia ser utilizado como ferramenta na busca dessa integração. Visando a obtenção dessa finalidade, alguns fatores são observados como: o tempo de implantação de projetos, identificar quais são os recursos existentes e disponíveis, buscar constantemente a melhoria e a qualidade dos serviços prestados ou a serem disponibilizados, identificar meios e soluções capazes de melhorar a produtividade nos serviços públicos.

9.3 Incentivos Fiscais – Geração Distribuída.

Dada a insuficiência de recursos orçamentários de forma a fomentar investimentos na área de geração de energia, o governo deve propor o aumento da iniciativa privada na busca desse objetivo. Por se tratar de projetos envolvendo custos bastante elevados, além do longo tempo para sua implementação, uma das soluções viáveis que pode colaborar, na implementação desses projetos, é a de formular políticas com incentivos fiscais.

Dessa forma, os empreendimentos voltados ao setor energético, que objetivam ampliar a instalação de geradores de energia, seja de grande, médio ou pequeno porte, centralizada ou distribuída seriam beneficiados como políticas fiscais com isenção no pagamentos de impostos e taxas.

A adoção de tal política atenderia a projetos de implantação de plantas que geram energia de origem: a) Fotovoltaicas (em residências e em áreas rurais ou mesmo em grandes plataformas); b) Eólicas; c)

Biogás (com tratamento e transformação de resíduos orgânicos em energia); d) Biocombustíveis.

Trata-se, na verdade, de uma política governamental, que não afeta o resultado primário do governo, que busca aumentar a participação de investimentos privados na área de geração de energia.

Nessa linha de fomento, a implantação de plantas eólicas, fotovoltaicas e biodigestores em propriedades rurais, principalmente, na Região Nordeste do Brasil teria como componente adicional o aumento da renda per capita das pessoas residentes naquelas localidades, pois, esses empreendimentos buscariam arrendar tais propriedades rurais. Outros benefícios adviriam em decorrência dessa política governamental.

9.4 Projetos e Estudos – Redes Inteligentes.

A academia indica que a adoção de redes inteligentes e interligadas deixou de ser promessa e já integrou a realidade de alguns países desenvolvidos economicamente. A implementação dessa rede inteligente viabilizaria a integração e interligação entre os diversos atores do mercado energético (consumidores e geradores). Nesse mercado surge a figura do prosumidor, agente consumidor e produtor de produtos. No caso em comento, esse agente prosumidor estaria no segmento de produtor e consumidor de energia.

Por se tratar de uma tecnologia recente e em fase de estudos para a implementação, o governo poderia proporcionar a participação da Academia no sentido de viabilizar um modelo a ser adotado no Brasil. Nesse sentido, caberia a Academia formular estudos, projetos, mensurar os custos e os impactos de implementação, e, ainda, propor soluções para viabilizar a implantação de uma rede inteligente ou

“Smart Grids”, termo utilizado pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas pela prestação de serviços públicos de energia elétrica.

Essas redes inteligentes poderiam propor a interligação entre dos diversos campos dos serviços públicos, tais como: energia elétrica, biogás, biocombustível dentre outros possíveis.

A inserção dessa modalidade de serviço (rede inteligente) no planejamento energético serviria como um instrumento capaz de viabilizar a adoção desse modelo na gestão energética a ser incorporado pela política pública, utilizando para esse fim, montagens de cenários que levariam em consideração quais seriam os impactos advindos dessa proposta de implementação, inclusive com políticas de incentivos fiscais, subsídios e outros instrumentos que fomentariam esse projeto.

9.5 Aumentar participação dos Setores Acadêmicos, Tecnológicos e Privados na Elaboração das Políticas Públicas do MME.

Torna-se necessário superar a atual visão, quando se trata da elaboração e condução da política pública, de não considerar a participação dos setores acadêmicos, tecnológicos, industriais etc. A participação desses setores nos estudos e elaborações de políticas visaria fortalecer essa atuação governamental nas tratativas de propostas de fomentar as atividades acadêmicas nas áreas de pesquisas. É notório e sabido que o crescimento e desenvolvimento de novas tecnologias no segmento energético vem transformando o mercado significativamente. Essas inovações vem proporcionando uma maior competitividade entre as empresas tecnológicas, industriais e comerciais. Essas novas tecnologias vem tornando o custo de implantação na geração de energia distribuída cada vez mais acessível, inclusive, nos segmentos residenciais e comerciais.

Essas inovações devem ser acompanhadas de perto pelas Agências Reguladoras e pelos agentes públicos que atuam nessa área. Dada a velocidade no avanço dessas tecnologias, o setor acadêmico possui muito mais condições de acompanhar esse crescimento que o setor público.

Nesse sentido, firmar convênios ou acordos de forma a estabelecer o respectivo compartilhamento de conhecimento entre os setores acadêmicos e o público torna-se fundamental na elaboração de políticas públicas. Principalmente, no segmento de regulação, que deve acompanhar essa evolução de forma a reformular seus atos regulatórios conforme a evolução tecnológica.

Essa participação também deve envolver empresas privadas que desenvolvem tecnologia para o setor energético. Nesse sentido, elaborar uma política pública voltada a premiar e reconhecer pesquisas nas áreas de desenvolvimento, tecnologia e inovação se torna bastante frutífera, com aproveitamento de ambas as partes.

Essa inovação seira uma oportunidade ímpar na geração de novas tecnologias e novos negócios para o mercado energético. Fomentar essa atividade de pesquisa energética seria uma das ferramentas de políticas públicas voltadas ao crescimento desse setor. Para tanto, seria necessário firmar um acordo com o Ministério de Ciências e Tecnologia e o Ministério da Educação, entidades públicas responsáveis pelas áreas de tecnologia e educação, respectivamente. O Ministério de Minas e Energia entraria com recursos orçamentários e financeiros nessas proposições.

Encarar a elaboração de políticas públicas, voltadas ao setor energético, com a missão de fomentar atividades acadêmicas voltadas a pesquisas nas áreas de energia, mineração, petróleo e gás, novas tecnologias de segurança, fiscalização das atividades extrativistas, barragens, tratamento de rejeitos, energética etc. seria uma evolução considerável nessa condução. O Ministério de Minas e Energia seria um vetor nessa inovação tecnológica. Esse viés deve ser inserido no planejamento estratégico deste Ministério.

10. APENDICE 1

Para melhor compreensão deste trabalho foram feitas compilações a respeito dos entendimentos quanto as conceituações de alguns pontos abordados nesse texto. Para esse fim foram utilizados alguns trabalhos, manuais e artigos a seguir demonstrados, visto que o assunto não é de fácil entendimento, possuindo diversas correntes e interpretações sobre esses pontos.

Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Bresser, 1995), extraído do sítio eletrônico da Presidência da República.

Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2018).

Da Administração Pública Burocrática à Gerencial (Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril 1996).

Políticas de Estado: São gestões que fazem referência aos princípios fundamentais que norteiam as atividades de governo. Não deve estar associada a um governo específico, devendo para tanto se basear nos mandamentos constitucionais que definem a organização e estrutura do Estado e delimitam temas como a educação, saúde, segurança pública, infraestrutura todos integrantes de um planejamento estratégico e constantes nas peças orçamentárias. São temas que possuem valores estratégicos e não dependentes das vontades políticas do governo.

Políticas de Governo: É o conjunto de projetos, planos e ideais que compõem uma gestão pública. São fortemente influenciadas por fatores políticos partidários, por fatores privados e pela opinião pública.

Atividades de Estado: São propensões de cunho estratégicos, geralmente, pautadas em objetivos de longo prazo, que norteiam as condutas dos agentes públicos voltadas a alcançar o interesse coletivo de uma nação. São gestões orientadas por Políticas de Estado perpassando por mais de uma agência do Estado ou instâncias diversas que acabam sendo aprovadas pelo Congresso Nacional.

Atividades de Governo: São propensões de cunho político e pautadas por ideais políticos partidários. Geralmente, de interesse do Governo e possuem pautas de curto, médio e/ou longos prazos.

Norteiam os interesses políticos voltados a atender interesses públicos. São gestões orientadas pelo partidarismo político e se exaurem no âmbito do Poder Executivo.

Interesses Públicos: São as manifestações voltadas a atender um determinado segmento da população. Podem alcançar interesses mais abrangentes, mas não podem contrapor aos interesses do Estado. Hierarquicamente, ficam em patamar menos elevado ao interesse do Estado.

Interesses Privados: São intenções voltadas a atender um determinado segmento da economia. Geralmente, se contrapõem aos interesses populares. Esse segmento possui um viés econômico voltado a obtenção de lucros e resultados para as empresas desse setor.

Interesses Particulares: São manifestações voltadas a atender a segmentos pessoais e/ou individuais da sociedade. Geralmente, possui um viés contraposto aos interesses privados e aos interesses públicos. Buscam alcançar interesses de cunho pessoal e/ou individual.

Interesses Funcionais: São interferências funcionais provocadas por servidores e/ou funcionários públicos indicados para serem conselheiros administrativos ou fiscais nas empresas estatais representando um aparente conflito de interesse.

Servidor Público Efetivo: Categoria de trabalhador que prestam serviços públicos com relevante interesse social e/ou econômico. Regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de setembro de 1990, sendo, portanto, estatutários. Não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e sujeitam-se ao “Teto Constitucional”, estabelecido no art. 37 da CF/88.

Funcionário Público: Categoria de trabalhador que prestam serviços voltados a atender a interesses privados. Regidos pela CLT, possuem direitos diversos dos estatutários. Não estão sujeitos ao “Teto Constitucional”.

11. ANEXOS.

11.1 - Série Histórica das Despesas de Ressarcimento.

Série Histórica Crescimento Despesas Ressarcimento.

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total Geral	%
MINISTERIO DA ECONOMIA	256.687.066,40	283.976.327,07	271.855.244,53	272.540.117,30	275.474.065,54	278.953.018,49	1.850.874.975,85	31,2%
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	162.803.902,91	151.534.197,76	184.123.742,30	181.571.432,38	133.607.586,28	141.319.119,35	1.102.167.096,59	18,6%
MINIST. DO PLANEJAMENTO, DESENVOLV. E GESTAO	35.275.779,11	44.470.223,01	49.638.018,93	60.588.748,83	61.900.595,93	60.145.262,05	344.255.380,47	5,8%
ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO		35.344.653,90	36.663.272,00	51.902.552,25	52.677.451,10	145.954.442,94	322.542.372,19	5,4%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	18.822.237,91	29.590.885,82	81.407.258,76	76.141.952,33	29.904.219,58	43.145.622,57	289.637.882,71	4,9%
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA	20.175.640,00	22.506.381,28	22.811.338,18	25.888.964,37	69.108.387,66	68.344.118,32	250.143.452,84	4,2%
JUSTICA DO TRABALHO	23.709.231,33	23.706.426,37	32.380.376,48	47.580.846,50	47.423.259,30	42.601.985,02	220.451.424,47	3,7%
MINISTERIO DA EDUCACAO	20.009.547,34	25.894.871,39	32.908.938,11	32.832.492,49	38.644.071,08	36.506.591,29	202.856.147,92	3,4%
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	34.478.547,77	35.246.099,32	32.246.826,17	25.963.490,65	23.039.361,65	12.181.544,06	192.240.703,99	3,2%
JUSTICA FEDERAL	13.908.018,72	19.519.206,92	24.881.812,45	35.005.271,75	35.098.953,30	43.148.476,61	179.859.717,71	3,0%
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	6.122.006,40	5.641.140,47	5.184.666,84	5.695.763,88	21.784.455,32	29.749.141,97	79.379.855,17	1,3%
MINISTERIO DO TRABALHO				22.388.277,66	20.663.926,09	23.486.438,42	66.538.642,17	1,1%
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	11.624.571,72	11.303.707,60	12.481.057,67	13.364.988,70			61.623.637,75	1,0%
MINISTERIO DA SAUDE	9.303.996,27	8.161.254,61	10.790.179,18	8.612.523,94	7.980.487,28	5.773.903,27	57.861.764,64	1,0%
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	12.269.232,70	15.225.835,97	16.883.754,71	-			54.523.638,06	0,9%

MINISTERIO DO ESPORTE	6.001.377,91	8.243.314,07	6.724.840,94	15.394.759,36	7.801.614,93	8.282.367,47	54.121.298,48	0,9%
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO		7.818.195,94	7.705.293,48	9.084.244,56	15.008.889,51	9.888.967,56	49.505.591,05	0,8%
JUSTICA ELEITORAL	3.396.492,17	6.025.156,14	8.919.067,28	8.843.193,91	10.162.502,26	10.089.943,51	49.218.489,56	0,8%
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	4.205.265,68	5.335.997,16	6.168.162,09	7.530.405,50	9.404.135,29	9.522.023,22	45.938.486,84	0,8%
MINISTERIO DA CULTURA	4.520.856,73	6.260.104,18	6.716.161,02	6.310.333,27	5.196.580,22	6.905.332,37	40.465.084,97	0,7%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4.814.492,59	6.199.713,39	7.891.459,25	7.477.682,16	6.091.621,11	3.524.460,28	39.393.128,48	0,7%
MINISTERIO DAS CIDADES	4.636.207,28	7.217.296,40	6.952.183,77	5.681.309,49	5.900.754,74	4.520.407,78	37.899.446,22	0,6%
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	1.966.095,81	2.587.688,76	4.403.838,61	7.367.542,37	7.250.724,59	8.376.951,19	33.636.178,18	0,6%
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	5.221.975,25	6.674.481,28	6.900.468,25	9.083.053,33			32.472.608,14	0,5%
MINISTERIO DA DEFESA	4.230.333,41	4.669.597,63	4.750.630,38	5.036.059,55	4.574.787,53	4.988.029,67	32.298.026,48	0,5%
MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVICOS	6.246.357,20	4.337.309,73	2.854.618,34	2.598.324,17	1.835.384,38	3.846.188,90	27.605.981,85	0,5%
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2.255.969,32	2.813.517,11	3.332.394,88	4.052.500,74	3.471.754,64	6.792.711,45	24.537.275,63	0,4%
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2.083.713,19	3.000.000,00	3.486.406,65	3.942.544,58	4.625.198,35	5.546.251,60	24.350.139,49	0,4%
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	3.083.840,33	4.180.742,85	3.783.571,60	2.378.594,47	3.671.509,46	2.750.950,83	21.630.883,12	0,4%
MINISTERIO DA CIDADANIA	2.534.040,58	3.161.697,01	2.543.137,92	1.435.000,00	4.919.618,23	3.942.783,43	20.873.620,41	0,4%
M.DAS MULH.,DA IG.RACIAL DA JUVENT.E DIR.HUM.				17.045.458,49			17.045.458,49	0,3%
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	2.967.706,74	3.584.723,83	4.808.330,85	-			14.498.717,54	0,2%
CAMARA DOS DEPUTADOS	2.487.403,87	2.748.994,52	-	2.920.602,29	2.947.049,80	2.854.918,65	13.958.969,13	0,2%
CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	1.389.776,20	1.216.500,00	1.206.850,00	2.314.769,37	2.280.000,00	1.630.000,00	11.518.196,57	0,2%
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO					5.121.755,90	6.119.681,73	11.241.437,63	0,2%
MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS						10.347.533,06	10.347.533,06	0,2%
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.795.608,08	1.320.996,59	1.059.908,70	2.420.000,00			8.776.025,32	0,1%
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.439.662,99	1.428.902,70	1.161.914,09	1.261.914,09	798.539,01	819.632,73	8.403.727,08	0,1%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	2.086.892,32	2.429.852,57	1.847.832,48				8.368.287,99	0,1%
MINISTERIO DO TURISMO	1.429.468,04	1.489.086,30	1.857.765,81	360.952,18	239.167,80	839.775,81	7.560.732,85	0,1%
SENADO FEDERAL	421.005,30	386.132,24	684.380,88	1.007.390,08	969.296,64	928.177,52	4.396.382,66	0,1%
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	415.332,18	459.704,04	969.163,97	1.708.057,71			3.735.023,73	0,1%
SUPERINT. DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	343.887,66		926.557,76	589.647,56			2.124.842,98	0,0%
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	975.178,49		444.888,33	70.035,86			1.942.218,79	0,0%
JUSTICA MILITAR			115.113,20	46.752,44	251.192,66	460.653,63	873.711,93	0,0%
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO			22.530,90	61.967,33	68.343,99	74.906,91	227.749,13	0,0%
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES							128.668,55	0,0%
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	4.000,00	4.235,15	951,51	-			9.186,66	0,0%
COMANDO DA AERONAUTICA								
COMANDO DO EXERCITO								
SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA								

Total Geral	696.142.717,90	805.715.151,08	912.494.909,25	986.100.517,89	919.897.241,15	1.044.362.313,66	5.934.059.801,52	
--------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------	-------------------------	--

Fonte: Tesouro Gerencial.

11.2 – Remuneração de Cargos e Funções (Custos).

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
REMUNERAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

04/05/2019

R\$ 1,00

Unidade	Custo Função DAS/FCPE por Unidade		Custo Função FCPE por Unidade		Custo Função DAS por Unidade		Unidade	Total de DAS / FCPE na Unidade	Situação							TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%			MME	Requisitado Órgãos	Requisitado Empresa	S/Vínculo	Exercício Descentr.	Anistiado	Vago	
GM	232.010	15,12	25.723	12,82	206.287	15,46	GM	44	17.879	32.322	0	178.124	3.685	0	0	232.010
SE	388.661	25,33	47.437	23,64	341.224	25,58	SE	91	52.334	26.899	0	230.771	57.826	20.830	0	388.661
CONJUR	61.862	4,03	27.559	13,74	34.303	2,57	CONJUR	14	5.476	14.398	0	19.905	22.083	0	0	61.862
ASSEC	56.475	3,68	0	0,00	56.475	4,23	ASSEC	9	0	12.448	0	44.027	0	0	0	56.475
AERINT	24.053	1,57	2.064	1,03	21.988	1,65	ASSINT	4	2.064	8.174	0	13.814	0	0	0	24.053
AECI	16.462	1,07	8.288	4,13	8.174	0,61	AECI	3	2.064	8.174	0	0	6.224	0	0	16.462
AEPED	29.483	1,92	6.224	3,10	23.259	1,74	AEPED	4	9.635	6.224	0	13.623	0	0	0	29.483
SPE	177.423	11,56	15.829	7,89	161.594	12,11	SPE	30	7.540	26.846	0	77.645	65.392	0	0	177.423
SEE	196.692	12,82	19.271	9,61	177.422	13,30	SEE	32	0	12.448	22.572	108.904	47.292	5.476	0	196.692
SPG	157.769	10,28	8.258	4,12	149.511	11,21	SPG	26	0	20.622	45.187	36.564	55.397	0	0	157.769
SGM	193.791	12,63	39.976	19,93	153.814	11,53	SGM	30	8.887	22.686	0	137.466	24.751	0	0	193.791
TOTAL	1.534.681	100,00	200.630	100,00	1.334.051	100,00	TOTAL	287	105.880	191.241	67.759	860.845	282.650	26.306	0	1.534.681

Fonte : Coordenação-Geral Recursos Humanos/MME.

11.3 – Custos Orçamentários dos Cargos e Funções.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

REMUNERAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	Retribuição	Opção
MINISTRO DE ESTADO	R\$ 30.934,70	*****

Obs: DECRETO LEGISLATIVO Nº 1658, DE 2014

CARGO DE NATUREZA ESPECIAL - NES

Denominação	Retribuição	Opção (60%)
SECRETÁRIO-EXECUTIVO	R\$ 17.327,65	R\$ 10.396,59

Obs: A partir de janeiro/2017 (Lei nº 13.324, de 29/07/2016, D.O.U. de 29/07/2016)

**GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS e
FUNÇÃO COMISSIONADA DO PODER EXECUTIVO - FCPE**

Denominação	Retribuição	Opção (60%)
DAS/FCPE - 6	R\$ 16.944,90	R\$ 10.166,94
DAS/FCPE - 5	R\$ 13.623,39	R\$ 8.174,03
DAS/FCPE - 4	R\$ 10.373,30	R\$ 6.223,98
DAS/FCPE - 3	R\$ 5.685,55	R\$ 3.411,33
DAS/FCPE - 2	R\$ 3.440,75	R\$ 2.064,45
DAS/FCPE - 1	R\$ 2.701,46	R\$ 1.620,88

Obs: A partir de janeiro/2017 (Lei nº 13.324, de 29/07/2016, D.O.U. de 29/07/2016)

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT

Denominação	Retribuição	Opção	
		Valor	%
FCT 1	R\$ 6.975,30	R\$ 2.092,59	30%
FCT 2	R\$ 5.850,43	R\$ 1.755,13	30%
FCT 3	R\$ 4.906,97	R\$ 1.570,23	32%
FCT 4	R\$ 4.115,66	R\$ 1.399,32	34%
FCT 5	R\$ 3.451,94	R\$ 1.277,22	37%
FCT 6	R\$ 2.895,30	R\$ 1.158,12	40%
FCT 7	R\$ 2.428,37	R\$ 1.068,48	44%
FCT 8	R\$ 2.036,77	R\$ 998,02	49%
FCT 9	R\$ 1.708,30	R\$ 939,57	55%
FCT 10	R\$ 1.432,81	R\$ 888,34	62%
FCT 11	R\$ 1.201,74	R\$ 841,22	70%
FCT 12	R\$ 1.007,96	R\$ 806,37	80%
FCT 13	R\$ 845,41	R\$ 760,87	90%
FCT 14	R\$ 709,07	R\$ 709,07	100%
FCT 15	R\$ 594,74	R\$ 594,74	100%

Obs: A partir de janeiro/2017 (Lei nº 13.324, de 29/07/2016, D.O.U. de 29/07/2016)

FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei nº 8.216, de 1991)

Denominação	Retribuição		
	Vencimento	Grat. At. Des.Função	Total
FG - 1	R\$ 202,09	R\$ 335,46	R\$ 537,55
FG - 2	R\$ 155,47	R\$ 258,07	R\$ 413,54
FG - 3	R\$ 119,57	R\$ 198,50	R\$ 318,07

Obs: A partir de janeiro/2017 (Lei nº 13.324, de 29/07/2016, D.O.U. de 29/07/2016)

Gratificações Temporárias Unidades dos Sistemas Estruturadores Administração Pública Federal - GSISTE

Sistema Estruturador	Nível	Valor
SISG, SIPEC, SIGA, SPO, SCF, SAFF	Intermediário	R\$ 2.022,00
	Superior	R\$ 3.158,00
SISP	Intermediário	R\$ 2.751,00
	Superior	

Fonte : Coordenação-Geral Recursos Humanos/MME.

11.4 - Participação dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas no MME.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS
REMUNERAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

04/05/2019

Unidade	Atendimento ao artigo 14 da Lei nº 8.460, de 17/09/1992 e inciso I do art. 1º do Decreto nº 5.497, de 21/07/2005 - DAS 1 a 3					
	Quantitativo Total DAS 1 a 3 (A)	Total S/Vínculo DAS 1 a 3 (B)	% S/Vínculo DAS 1 a 3 por Unidade (C)	Aposentado: Adm Direta, Autarquia e Fundacional, Militar (D)	(B)-(C)	% S/Vínculo por Unidade (B) - (C)
GM	17	13	76,47%	1	12	70,59%
SE	51	26	50,98%	3	23	45,10%
CONJUR	6	6	100,00%	0	6	100,00%
ASSEC	3	3	100,00%	0	3	100,00%
ASSINT	1	1	100,00%	0	1	100,00%
AECI	0	0	0,00%	0	0	0,00%
AEPED	1	0	0,00%	0	0	0,00%
SPE	8	7	87,50%	0	7	87,50%
SEE	13	11	84,62%	0	11	84,62%
SPG	4	3	75,00%	0	3	75,00%
SGM	10	10	100,00%	0	10	100,00%
TOTAL	114	80	70,18%	4	76	66,67%

50% do DAS 1 a 3	57
Ocupação atual	76
% de Ocupação	66,67%
Ajuste	-19

Unidade	Atendimento ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 5.497, de 21/07/2005 - DAS 4 a 6					
	Quantitativo Total DAS 4 a 6 (A)	Total S/Vínculo DAS 4 a 6 (B)	% S/Vínculo DAS 4 a 6 por Unidade (C)	Aposentado: Adm Direta, Autarquia e Fundacional, Militar (D)	(B)-(C)	% S/Vínculo por Unidade (B) - (C)
GM	16	11	68,75%	2	9	56,25%
SE	21	13	61,90%	2	11	52,38%
CONJUR	2	0	0,00%	0	0	0,00%
ASSEC	6	3	50,00%	0	3	50,00%
ASSINT	2	1	50,00%	0	1	50,00%
AECI	1	0	0,00%	0	0	0,00%
AEPED	2	1	50,00%	1	0	0,00%
SPE	17	4	23,53%	0	4	23,53%
SEE	15	6	40,00%	0	6	40,00%
SPG	18	2	11,11%	0	2	11,11%
SGM	10	8	80,00%	0	8	80,00%
TOTAL	110	49	44,55%	5	44	40,00%

60% do DAS 4 a 6	66
Ocupação atual	44
% de Ocupação	40,00%
Ajuste	22

Fonte : Coordenação-Geral Recursos Humanos/MME.

11.5 Valores Arrecadados por Fonte de Recursos – MME.

BOLETIM INFORMATIVO - CGOF/MME

ARRECAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS

SIOP - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

R\$ 1,00

Descrição do Órgão Abreviada	Fonte de Recursos	Descrição da Fonte	LOA 2015	LOA 2016	LOA 2017	LOA 2018	LOA 2019
M. de Minas e Energia	141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	225.036.001	111.032.248	200.384.810	329.788.874	186.488.433
	142	Compensações Financeiras Prod. Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarb. Fluidos	-	-	-	1.382.643.833	2.145.304.755
	134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	80.578.832	55.759.098	94.056.874	72.342.218	79.701.532
	148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	19.338.406	26.032.956	20.040.405	19.666.667	1.000.000
	172	Outras Contribuições Econômicas	219.721.935	195.408.692	211.224.618	207.870.495	231.506.426
	186	Outras Receitas Vinculadas	840.000.000	646.929.090	-	-	-
	129	Recursos de Concessões e Permissões	336.783.680	17.322.287.500	320.574.499	371.547.624	370.208.883
	281	Recursos de Convênios	2.700.000	2.700.000	10.010.000	-	-
	495	Recursos do Orçamento de Investimento	94.112.698.257	86.897.735.644	81.329.357.174	59.907.974.324	109.024.627.902
	263	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patr. Público	-	-	325.459	516.952	181.941
	280	Recursos Próprios Financeiros	-	-	-	-	11.783.348
	250	Recursos Próprios Não-Financeiros	943.620.300	726.031.388	397.648.894	412.532.065	909.615.720
	186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	-	-	653.969.076	711.439.287	764.979.237
	174	Taxas e Multas pelo Exercício Poder de Polícia e Multas de Processos Judiciais	762.520.261	691.015.861	724.787.538	936.120.048	747.967.730
SubTotal M. Minas e Energia			97.542.997.672	106.674.933.477	83.962.379.347	64.352.442.407	114.473.365.907
Transf.Superv.M.Energia	141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.020.731.438	1.424.288.930	1.799.373.797	2.961.369.481	2.397.708.434
	142	Compensações Financeiras Prod. Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarb. Fluidos	27.687.101.187	17.549.329.098	14.364.378.296	22.736.885.943	39.875.940.192
	134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.414.924.109	2.387.471.514	2.819.209.573	2.168.384.861	2.391.045.959
Transf.Superv.M.Energia Total			32.122.756.734	21.361.089.542	18.982.961.666	27.866.640.285	44.664.694.585
Total Geral			129.665.754.406	128.036.023.019	102.945.341.013	92.219.082.692	159.138.060.492

Fonte : SIOP/Ministério da Economia.

11.6 Despesas Acumuladas em Pesquisa & Desenvolvimento - MME.

RELATÓRIO - CGOF/MME**Despesas do MME - Fonte Recursos: 172****SIOP - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Filtros do Relatório: 2 - Primária discricionária + 172 - Outras Contribuições Econômicas

R\$ 1,00

Rótulos de Linha	SOMA LOA (2015 - 2019)	TOTAL PAGO (2015 - 2019)
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	5.015.003	3.327.542
320010 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENV. ENERGETICO	-	331.983
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	-	331.983
33901414 - DIARIAS NO PAIS	-	55.196
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	-	52.324
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	-	190.481
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	-	33.142
33903602 - DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	-	414
33903903 - COMISSOES E CORRETAGENS	-	82
33903969 - SEGUROS EM GERAL	-	265
33909314 - RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	-	80
320012 - SECRET. DE GEOL. MINERACAO E TRANSF. MINERAL	-	224.216
2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	-	131.470
33901414 - DIARIAS NO PAIS	-	33.881
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	-	18.565
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	-	70.220
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	-	7.317
33903602 - DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	-	828
33903903 - COMISSOES E CORRETAGENS	-	47
33903969 - SEGUROS EM GERAL	-	235
33909314 - RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	-	376
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	-	92.746
33901414 - DIARIAS NO PAIS	-	26.653
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	-	16.606
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	-	40.006
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	-	8.730
33909314 - RESSARCIMENTO DE PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO	-	751
320017 - SECRET. DE PETROLEO GAS NAT. E COMBUST. RENOV	-	799.910
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	-	799.910
33804102 - INSTITUICOES DE CARATER TECNICO OU CIENTIFICO	-	47.859
33901414 - DIARIAS NO PAIS	-	104.561
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	-	159.273
33903301 - PASSAGENS PARA O PAIS	-	295.612
33903302 - PASSAGENS PARA O EXTERIOR	-	191.174
33903903 - COMISSOES E CORRETAGENS	-	360
33903969 - SEGUROS EM GERAL	-	1.073
32004 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO ADMINISTRAÇÃO	5.015.003	1.971.433
2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	840.386	220.000
33900000 - Aplicações Diretas	840.386	-
33903986 - PATROCINIOS	-	220.000
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	4.174.617	1.751.433
33320000 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal	220.123	-
33500000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	170.000	-
33800000 - Transferências ao Exterior	393.344	-
33804102 - INSTITUICOES DE CARATER TECNICO OU CIENTIFICO	-	339.772
33900000 - Aplicações Diretas	3.391.150	-
33900401 - SALARIO CONTRATO TEMPORARIO	-	946.007
33900412 - FERIAS VENCIDAS/PROPORCIONAIS - CONTRATOS TEMPORARIOS	-	850
33900413 - 13º SALARIO - CONTRATO TEMPORARIO	-	81.665
33900414 - FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	-	26.033
33900416 - FERIAS - PAGAMENTO ANTECIPADO	-	543
33900421 - AUXILIO-ALIMENTACAO	-	68.921
33900423 - AUXILIO-TRANSPORTE	-	3.558
33903501 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA OU JURIDICA	-	75.000
33910415 - OBRIGACOES PATRONAIS	-	209.084
Total Geral	5.015.003	3.327.542

Fonte : SIOP/Ministério da Economia.

12. BIBLIOGRAFIA.

Pereira, L. C. B., 1996, « **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial** », *Revista do Serviço Público*, 47(1) janeiro-abril, 1996, disponível em:
<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.admpublicaburocraticaagerencial.pdf>

Almeida, Paulo Roberto de, 2016, « **Sobre Políticas de Governo e Políticas de Estado: Distinções Necessárias** » *Instituto Millenium, Artigo e Democracia Representativa*, 07 de abril de 2016, disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>

Jornal: Folha de São Paulo, 26 de agosto de 2018, « **TCU interfere mais em agências com governança pobre, diz ministro do tribunal Bruno Dantas** », disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/tcu-interfere-mais-em-agencias-com-governanca-pobre-diz-ministro-do-tribunal.shtml>

Pereira, L. C. B., 1995, « **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado - Câmara da Reforma do Estado** », Presidência da República, Brasília, 1995, disponível em:
<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>

Jornal: Folha de São Paulo, 16 de março de 2019, « **Governadores dão cargos a irmãs, cunhadas, primos, sobrinhos e até ex-mulher** », disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/eleitores-com-discurso-de-mudanca-governadores-nomeiam-parentes-em-serie.shtml>

Jornal: G1/globo, de 03 de abril de 2019, « **TCU questiona altos salários em estatais e determina divulgação das remunerações** », disponível em:
<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/tcu-questiona-altos-salarios-em-estatais-e-determina-divulgacao-das-remuneracoes.ghtml>

Revista: Época/Negócios, de 04 de abril de 2019, « **TCU questiona salários acima do teto em empresas estatais** », disponível em:
<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/04/03/tcu-questiona-salarios-acima-do-teto-em-empresas-estatais.html>

Jornal: Oglabo.com/brasil, de 26 de fevereiro de 2019, « **Em reunião com Bolsonaro e deputados, Onyx oferece cargos e emendas**, Bruno Góes, Daniel Gullino e Eduardo Bresciani », disponível em:
<https://oglobo.globo.com/brasil/em-reuniao-com-bolsonaro-deputados-onyx-oferece-cargos-emendas-23484033>

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. Departamento de Modelos Organizacionais. « **Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal** », 1ª Edição. 2018. Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/recursos-humanos/cargos-e-carreiras-do-mp>

Mendes, Marcos. 2014, « **Por que o BRASIL cresce pouco?** »
 1ª Edição – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. ISBN: 978-85-352-7860-6

Secretaria de Infraestrutura e Logística, « **Disputas entre empresas travam R\$ 1 bilhão em obras rodoviárias** ». Data publicação: 12/11/2018. Paraná. Disponível em:
<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3982>

Secretaria de Política Econômica – SPE/ME, Abril/2019. « **Boletim Resultado Fiscal Estrutural - 2018** », disponível em:

http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/relatorios-e-boletins/2019/boletim-resultado-fiscal-estrutural-2018_abr2019.pdf

Secretaria de Política Econômica – SPE/ME, Março/2019. « **Nota Informativa. A aritmética da solvência: Previdência Social e (des)equilíbrio fiscal** », disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2019/nova-previdencia/a-aritimetica-da-solvencia-v10.pdf>

Secretaria de Política Econômica – SPE/ME, Abril/2019. « **Panorama Macroeconômico** », disponível em: http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/conjuntura-economica/panorama-macroeconomico/2019/panmacro_spe_slides-abril19.pdf

Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, 2015. « **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO E MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA** », disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/COR_LIVRO_Avaliacao_da_Qualidade_do_Gasto_Publico_e_Mensuracao_de_Eficiencia.../1e3a7622-3628-4e35-b622-eb3c53b20fc4

ANEEL, P&D nº 7 2017 – ISSN 1981-9803, « **Revista Pesquisa de Desenvolvimento da ANEEL P&D nº 7** », disponível em: http://www.aneel.gov.br/documents/656835/14876444/2017_RevistaP%26D7ed/580be7f4-562e-36ba-ebdc-ab07c557dc4d

IPEA, *Boletim Radar* 48, « **Brasil gasta menos que outros países com P&D** », 16/01/2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29255

Leal, Carlos Ivan Simonsen, FGV EBAPE, dezembro de 2018. « **Inovação e Tecnologia no Brasil - Desafios e Insumos para o Desenvolvimento de Políticas Públicas** », 16/01/2017. Disponível em: <file:///F:/1%20-%20PUC%20-%20RIO%20MBA/FGV%20-%2077828-162758-1-PB.pdf>

Ministério de Minas e Energia, 2017. « **Mapa Estratégico do MME** », disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/2376421/0/Mapa+Estrat%C3%A9gico+MME+2017-2021.jpg/e1e4c891-5872-42e7-9615-9c8f81dfaf0a?version=1.1&t=1531145904563>

EPE - Rio de Janeiro, Janeiro de 2016. « **Série Estudos da Demanda de Energia - Nota Técnica DEA 13/15 – Demanda de Energia 2050** », disponível em: <http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-458/DEA%2013-15%20Demanda%20de%20Energia%202050.pdf>

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública, 2006. « **Planejamento e Orçamento governamental. Coletânea. Vol. 1 e 2.** », Organizadores: James Giacomoni e José Luiz Pagnussat.

Jornal: The Guardian *cato*», disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/oct/09/uk-innovation-ideas-factory>